

Relatório de Pesquisa de Campo

Brasília - Manaus

Renata Curcio Valente

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa descrever as atividades realizadas em minha primeira pesquisa de campo durante os meses de julho e agosto de 2002.

O objetivo nesta primeira etapa da pesquisa foi o de elaborar um survey sobre os atores da cooperação internacional na Amazônia brasileira, em que se teve como principal meta o mapeamento inicial dos atores envolvidos nas relações bilaterais entre Brasil e Alemanha no campo das temáticas ambientais e indígenas na Amazônia brasileira.

O trabalho se enquadra no debate acerca da atuação de agências de cooperação internacional na formulação e implementação de políticas públicas para a Amazônia, onde se observa uma produção já bastante rica em termos da reflexão sobre a atuação de instituições financeiras multilaterais¹. No que concerne às formas de atuação de agências governamentais em relações bilaterais com o Brasil, no entanto, temos um quadro de escassa produção². Tornava-se interessante uma investigação na direção da participação alemã no programa PPG-7 não somente por esta lacuna, mas pela influência que os alemães teriam sobre o PPG-7 no que concerne ao volume de recursos destinados à região, e também no tocante à sua proposta conceitual. Afirma-se que a concepção do PPG-7 partiu de uma idéia do governo da Alemanha, apresentada pelo primeiro Ministro Helmut Kohl em uma reunião do G-7 em Huston, em 1990³.

¹ Banco Mundial: Participação, Transparência e Responsabilização - A experiência brasileira com o Painel de Inspeção, Aurelio Vianna Jr. ... [et. al.], Flávia Barros (org.), Brasília, Rede Brasil, 2001.

² Cito alguns trabalhos que aparecem como resultado de uma análise sobre a participação alemã na “política de cooperação internacional” no Brasil: Inoue, C. e Apostolova, M.S. A cooperação internacional na política brasileira de desenvolvimento, São Paulo, ABONG, Rio de Janeiro, Núcleo de Animação Terra e Democracia, 1995. ; Wolff, L. Kaiser, W. e Mello, F. Cooperação e solidariedade internacional na Alemanha, São Paulo, ABONG, Rio de Janeiro, Núcleo de Animação Terra e Democracia, 1995. Ambas foram publicações que resultaram de um programa de intercâmbio EZE (Bonn) e IBASE (Rio de Janeiro) em 1995.

³ Embaixada da República Federal da Alemanha. Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Alemanha, publicação informativa oficial, sem data.

O PPG-7 foi concebido para desempenhar um papel fundamental na reformulação das políticas públicas para a Amazônia, devendo ser um modelo para políticas de gestão ambiental no Brasil. O PPG-7 assume também, como apresenta a vice-ministra alemã Uschi Eid, a função de *“maior programa mundial para a proteção de florestas tropicais e para o manejo de recursos naturais em um único país”* de forma a *“encorajar a aplicar em outros países e regiões este bem sucedido modelo de cooperação para a preservação do futuro comum da humanidade”*⁴

Nesse sentido, os objetivos da pesquisa foram se direcionando para um olhar mais criterioso sobre a participação da Alemanha em projetos no quadro do PPG-7. Partindo para a análise dos dados, procurou-se estabelecer como parâmetro inicial a participação financeira nos projetos por país, em que se observou a disponibilidade de fundos, doação e co-financiamentos por projetos e doadores do PPG-7⁵, de forma que foi possível notar que a Alemanha colaborava através da relação bilateral, com aproximadamente 50% do total dos recursos do PPG-7⁶, sem contar os projetos associados, e ainda, no fundo multilateral do Banco Mundial, também seria o maior doador. Além da cooperação financeira, realizada pelo banco KfW (agência alemã de cooperação financeira), a participação da Alemanha se dá ainda por outros instrumentos de cooperação, entre os quais destaca-se a GTZ, responsável pela cooperação técnica⁷. Em todos os projetos em que a Alemanha contribui com doações financeiras através do KfW, conta-se com a participação também em cooperação técnica e com a presença de um perito alemão para atuar junto aos projetos. A atuação dos peritos tem sido um dos instrumentos através do qual se pretende estudar a cooperação alemã.

⁴ Palavras da Vice-Ministra do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Uschi Eid, em Cooperação Entre Brasil e Alemanha nas Florestas Tropicais Brasileiras, publicação do grupo KfW e GTZ, sem data.

⁵ Ver Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, SCA/MMA, Anexo II, Recursos Contratados, pg. 26. De acordo com este documento, a Alemanha não colabora com Ciência e Tecnologia, Ações de Gestão, Monitoramento e Políticas e Assistência Técnica aos projetos do PPG-7.

⁶ Seria exatamente 47% do total de US\$295 milhões, o que resulta em praticamente US\$139 milhões somente da Alemanha, segundo dados da publicação Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Alemanha, da Embaixada da República Federal da Alemanha.

⁷ Há uma série de instrumentos de cooperação da Alemanha, como, serviço de cooperação técnica e social, DED atuando no Brasil na região norte e nordeste nas áreas de agricultura familiar, emprego e renda, desenvolvimento local e saúde. Há também fundações políticas, relacionadas a partidos políticos, sindicatos e cooperativas, que recebem financiamento do Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Konrad-Adenauer-Stiftung, Friedrich Ebert Stiftung, Instituto Friedrich Naumann, Heinrich-Böll Stiftung e Fundação Hans Seidel), Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento (CDG e DSE), Programa de Peritos Integrados (CIM), Cooperação entre Empresas Privadas (DEG, SES), Cooperação Acadêmica e Científico-Tecnológica (DAAD, Fundação Humboldt e BMBF) e projetos de igrejas (KZE e EZE) e organizações não governamentais, que são subsidiadas pelo Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento em cerca de 75% do valor dos projetos que realizam.

Há uma escolha temática no que diz respeito aos projetos em que a Alemanha atua dentro do PPG-7. São somente aqueles sub-programas relacionados diretamente ao manejo dos recursos naturais e à participação das populações locais, não participando, por exemplo, nas áreas de ciência e tecnologia. Os programas em que a Alemanha atua são o SPRN (política de Recursos naturais), Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais (RESEX, PPTAL e PROMANEJO) e Projetos Demonstrativos (PDA e PDPI), de forma que priorizou a atuação direta sobre a gestão dos recursos naturais, atingindo órgãos do governo federal, estadual ou municipal responsáveis pela elaboração de políticas para o manejo dos recursos naturais, bem como as populações locais (principalmente rurais), inclusive indígenas.

A Alemanha tem assumido papel de destaque nas relações bilaterais como o principal parceiro técnico e financeiro em programas para o meio ambiente e populações indígenas na Amazônia.

Há duas hipóteses básicas que direcionam o encaminhamento da pesquisa: a primeira hipótese é de que a atuação da cooperação alemã, especificamente a cooperação técnica, na medida em que estabelece metas e critérios para serem cumpridos através dos projetos, atuando nos departamentos de órgãos governamentais diretamente, tem contribuído para transformações organizacionais de trabalho na administração pública e para reprodução de determinados valores que não faziam parte das relações sociais em questão, como eficiência, transparência, participação e capacitação. Esta hipótese aparece não somente nas publicações dos projetos, mas também nos discursos dos peritos alemães e dos funcionários da administração pública.

A segunda hipótese é de que o movimento indígena organizado, na medida em que tem reivindicado sua autonomia em relação ao Estado e até mesmo em relação aos assessores e às organizações indigenistas, tem estabelecido estratégias de organização política que se apoia na colaboração de agências governamentais ou não governamentais internacionais. A diferença entre organizações não governamentais e governamentais na Alemanha deve ser relativizada, na medida em que o governo alemão colabora com mais de 75% dos recursos de não governamentais, em alguns casos. Assim, as organizações indígenas têm adquirido, da mesma forma que os órgãos do governo brasileiro, um *modus operandi* pautado pelos projetos, seus prazos e recursos, o que tem

levado a uma preocupação quase excessiva na idéia de gestão, mais particularmente de **capacitação para gestão de projetos para etnodesenvolvimento**.

II. METODOLOGIA

O trabalho de campo foi feito em duas etapas: uma primeira em Brasília, que teve por objetivo o levantamento de dados e informações pessoais de instituições públicas que atuavam, direta ou indiretamente nos projetos do PPG-7 ligados a populações indígenas e particularmente o PPTAL, e teve a duração de 19 dias no total; a segunda etapa foi em Manaus, onde estive por 21 dias, para estudar o PDPI e órgãos do governo do estado do Amazonas. O período total de pesquisa então foi de 40 dias.

A viagem às duas cidades foi possível em função de auxílio à pesquisa concedido pelo Programa de Pós-Graduação em antropologia Social - PPGAS, na forma de uma passagem aérea Rio-Manaus-Rio, desmembrada no trecho de ida, em Rio-Brasília, realizado no dia 01/07/2002 e Brasília-Manaus, no dia 19/07/2002. O retorno para o Rio de Janeiro, direto de Manaus foi feito no dia 08/08/2002. O alojamento durante a estadia nas cidades foi possível graças ao apoio de grandes amigos da família, os quais me receberam com carinho e conforto e que gostaria de deixar registrado aqui: Divacy Menezes, em Brasília e Adriani, Marly e Marily Neves e Napoleão Lacerda, em Manaus.

Outros amigos também foram muito importantes para o contato com certas redes de relações pessoais, particularmente em Brasília, que foi fundamental para contatos importantes da pesquisa os quais desconhecia. Em Brasília, um amigo de longa data aqui do Rio, Celso França, foi fundamental para me ajudar a me situar no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. Atualmente no Ministério de Relações Exteriores, mas alocado na Secretaria de Direitos Humanos como assessor do secretário, Celso, além de me dar os departamentos e os nomes de pessoas com as quais deveria ir falar no MRE, também me apresentou a vários antropólogos da UnB em festas e reuniões em que estivemos. Apresentou-me também, pessoas de seu círculo de amizades que trabalhavam na Embrapa (participantes de alguns fóruns de discussão do PPG-7 em que estive presente) e em ongs como o Inesc.

Muitas questões surgiram quando começou a viagem ao campo: por onde começar? Conseguirei pesquisar? Será que o tempo é muito curto? Sentia-me ainda novata na antropologia, ainda um pouco desconfortável no papel de interrogar as pessoas e observar suas palavras e atos. Em alguns momentos, seja porque desconhecia as particularidades de determinados assuntos, ou porque estabelecia como estratégia de pesquisa, definia-me como economista ou especialista em relações internacionais; outras vezes, no entanto, afirmava com convicção a minha condição de antropóloga.

Não sabia o que iria enfrentar em Brasília ou em Manaus. No campo em que trabalharia, teria que lidar com as instituições, mais precisamente pensando em estudar as relações entre as pessoas nas instituições⁸. O enfoque seria nas relações entre os peritos estrangeiros de agências internacionais de cooperação e as equipes de instituições públicas brasileiras, de forma que poderia considerar um grupo de elite intelectual, que normalmente não é objeto de investigação acadêmica. Essas eram algumas das barreiras que previamente sabia que teria que lidar; o que me preocupava era o que ainda não tinha sido previsto.

Apesar das incertezas, que talvez ainda estejam presentes no antropólogo experiente, percebi, ao longo da jornada, que sentia um grande entusiasmo pelo que estava fazendo. Estava só e a idéia do desafio me fortaleceu para seguir trabalhando durante todo o período com forte envolvimento.

Durante todo o processo de pesquisa fui me deparando com dificuldades ou situações já apontadas por outros pesquisadores, como Howard Becker⁹, que levantou questões relativas aos problemas que os pesquisadores lidam na prática como a dificuldade de inserção em campo, ou por Rosanna Hertz e Jonathan Imber¹⁰ a respeito da dificuldade de se trabalhar com elites, já que me propus a estudar as relações de cooperação em que “peritos” estrangeiros atuam diretamente em projetos junto a equipes técnicas brasileiras e junto às populações indígenas locais também.

Nesta primeira etapa, foi priorizado o enfoque direcionado para os projetos em questão, ao invés de um amplo levantamento de arquivo nos departamentos da FUNAI relacionados à

⁸ Douglas, Mary *How Institutions Think*.

⁹ Becker, H. Sobre metodologia em *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

¹⁰ Hertz, Rosanna e Imber, Jonathan. “Fieldwork in Elite Settings” em *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 22, no. 1, april, 1993.

identificação e demarcação, por exemplo. Como havia pouco tempo para a pesquisa em ambas as cidades, Brasília e Manaus (cerca de 20 dias em cada), foi estabelecido como estratégia de campo, o reconhecimento inicial das pessoas que estavam trabalhando nos projetos, no sentido de pensar as relações pessoais a partir de estratégias e relações de poder. Partiu-se do pressuposto que a observação das formas de relação entre os atores das instituições brasileiras, de um lado e alemãs, de outro, é fundamental para entender as possibilidades de decisão e de intervenção de acordo com o contexto do projeto, na medida em que elas se dão segundo normas e regras que as pessoas interpretam e se ajustam a partir de suas concepções próprias dessas regras.

Buscou-se concentrar esforços na pesquisa diretamente realizada nos escritórios das secretarias de dois projetos especificamente relacionados a terras e populações indígenas: foi feito um trabalho de observação participante e de levantamento de dados e fontes primárias especificamente nas secretarias técnicas dos projetos do **PPTAL** (Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal), em Brasília e do **PDPI** (Projetos Demonstrativos das Populações Indígenas), em Manaus.

Através do convívio, ainda que curto nesta primeira etapa, junto com as equipes de projetos foi possível obter através da observação participante alguns elementos para uma reflexão mais consistente sobre os atores e sobre a relação propriamente de cooperação técnica alemã no PPG-7. É possível fazer uma comparação entre os dois projetos, seus princípios e diretrizes, já que a relação envolve os mesmos atores na origem e destino dos recursos técnicos e financeiros, nas decisões e nas estratégias. No entanto, no PPTAL há a intermediação do Estado, através da FUNAI, e no PDPI não, sendo mais direta a atuação do perito estrangeiro sobre uma equipe formada para o projeto e, portanto, sem vínculos institucionais mais antigos que caracterizassem uma forma na relação anterior entre eles.

Até chegar a Brasília e Manaus, ainda permaneciam algumas dúvidas sobre como construir ou definir a categoria “cooperação internacional”. Na observação do funcionamento dos projetos e a partir dos relatos de suas equipes, foi constatado que os alemães, principalmente através da cooperação técnica, têm uma participação direta e ampla nos projetos ambientais com envolvimento de populações indígenas que abrange praticamente todos os projetos do PPG7.

A partir das relações entre projetos e entre pessoas que trabalham no PPTAL e PDPI, foi possível ampliar a rede de interações existentes entre pessoas e organizações que têm parcerias e

interfaces com os projetos ou que atuam em políticas indigenistas e com cooperação internacional, de forma a apresentar um quadro amplo de conexões que se dá fundamentalmente a partir do PPG-7, mas está para além dele, seja através de parcerias que se estabelecem junto a outros ministérios e órgãos governamentais ou de produção crítica por parte de organizações não governamentais, centros de pesquisa e universidades.

A relação das equipes brasileiras dos projetos com o que se define por “peritos” da GTZ (cooperação técnica alemã) é fundamental para esclarecer quais os propósitos para políticas públicas referentes a meio ambiente e a povos indígenas no Brasil, particularmente na Amazônia. Nota-se nos discursos dos peritos uma visão crítica sobre a burocracia e os entraves da administração pública brasileira e propostas reformadoras para o setor público, principalmente no que se refere às políticas ambientais. No entanto, o propósito reformista que está implícito na gestão de projetos e de planejamento se revela, sobretudo através da análise de publicações institucionais (para veiculação externa) e de material produzido para os projetos (veiculação interna), como a produção de manuais e de publicações relativos às populações indígenas.

Assim, como dizia anteriormente, o enfoque sendo nas relações entre as pessoas das instituições brasileiras e das agências internacionais, neste momento já definido que seriam as alemãs, na administração de projetos, foi adotado como meta prioritária a elaboração de entrevistas e conversas informais com os membros das equipes técnicas dos projetos e o pessoal da GTZ, através da observação participante “de curto prazo”, no sentido de buscar levantar a rede de relações entre instituições e pessoas nos projetos em questão.

De acordo com o meu entrosamento com a pessoa, com a sua disponibilidade de tempo e grau de importância no processo decisório dentro do projeto, optava por partir direto para a entrevista ou por estabelecer uma relação cordial, ainda que formal através de conversas durante o dia no escritório, antes de partir para a entrevista.

Além da pesquisa nos escritórios dos projetos relacionados às populações indígenas, também foram fundamentais todas as visitas e entrevistas que fiz nos escritórios-sedes das agências alemãs de cooperação, a saber, a GTZ, agência alemã de cooperação técnica, e o KfW, agência alemã de cooperação financeira, ambos com sede em Brasília. Visitei também outros projetos do PPG-7 em Brasília e Manaus, em que atuavam peritos alemães, buscando ampliar a caracterização da atuação desses atores de importância fundamental na execução e implementação do

planejamento dos projetos segundo metas e diretrizes estabelecidas pelo órgão “cooperante” alemão, que vem a ser o Ministério de Cooperação e Desenvolvimento Alemão, o BMZ.

Conversei com algumas pessoas que trabalham em ONGs e que têm algumas publicações uma reflexão sobre relações de cooperação internacional, tais como o ISA e o INESC. A articulação das ONGs nestas redes de relações pessoais e profissionais tanto em Brasília quanto em Manaus (tive contato maior em Brasília e isso ficou mais claro para mim nesta cidade, o que, imagino, se deve a maior proximidade com as estruturas da administração pública federal), tem uma importância muito grande na formação de opinião e na reflexão sobre as relações de poder.

Estive também na UnB, pesquisando na sua biblioteca, na relação de teses de antropologia e de relações internacionais, além de conversar com o Henyo Barreto Filho, professor do departamento de Antropologia Social daquela universidade.

III. AS ENTREVISTAS

Fiz um total de 13 **entrevistas gravadas**, totalizando 10 fitas de duração de duas horas cada, 20 horas. Em alguns casos, mesmo que não tivesse um conhecimento prévio do entrevistado, optava pelo uso do gravador porque ficava mais atenta e mais à vontade para criar novas questões a partir da direção que a entrevista tomava, deixando mais nas mãos do entrevistado guiar a entrevista. Com as notas, fica-se limitado ao processo mecânico de transcrição, que restringe a capacidade criativa durante a entrevista. No entanto, mesmo gravando, utilizava um bloco de notas para registrar determinados comentários que achava importante para contextualizar ou para relacionar a outras entrevistas já realizadas. Em alguns casos, como nas entrevistas com os peritos alemães ou executivos da GTZ e KfW, partia diretamente para o uso do gravador, pela formalidade da situação e também para captar o discurso na íntegra, com os termos e categorias utilizadas.

As entrevistas gravadas foram feitas com as seguintes pessoas relacionadas abaixo:

Brasília

1. Artur, FUNAI
2. Maria Helena Ortolan, FUNAI
3. Juliana, FUNAI

4. Themis, FUNAI
5. Dietman Weinz - 17/07 - escritorio central do KfW
6. Victor Dohms - escritorio central da GTZ.
7. Thomas Fathauer - GTZ-PD/A
8. Elke Constante - ABC

Manaus

9. Francisco Leibniz - 29/07 Coordenador do CIMI Norte 1
10. Azelene Kaingang, FUNAI(27/07)
11. Domingos Barreto, COIAB.
12. Paulino Montejo COIAB
13. Gravei também algumas falas e intervenções feitas por lideranças indígenas no Seminário organizado pela FEPI na COIAB sobre *Articulação Política Indígena - Avaliação e Perspectiva , Projeto de Futuro*. Gravei as participações de Bonifácio (baniwa), Amarildo José (baniwa); Gecinaldo Cabral (sateré-mawé); Padre Justino Resende (tuyuca) e Jorge Terena. Falas de não indígenas gravadas são de Frederico Arruda, professor da Universidade do Amazonas, Ulisses, sociólogo da FEPI e do presidente da FEPI, Ademir Ramos.

Entrevistas não gravadas:

Além das entrevistas gravadas, algumas pessoas solicitavam que não fizesse gravação da entrevista ou ainda, conversas mais informais em que optei por não gravar. Houve também, duas situações em que o gravador apresentou problemas: as duas situações ocorreram no PDPI e, apesar do gravador em nenhum momento anterior apresentar qualquer falha, no instante em que iniciei a entrevista, o gravador ou a fita impediram a gravação das duas entrevistas realizadas no PDPI. A primeira delas, não notei que não tinha gravado e passei a entrevista toda sem gravar e sem fazer notas. Ao final, percebi a fita parada no ponto inicial e, logo após a entrevista, repassei de cabeça, seguindo as perguntas, tudo que lembrava. Na Segunda entrevista, já prevendo a possibilidade de problemas, troquei a pilha e levei fitas de reserva, mas mesmo assim, não tive como gravar, mas consegui fazer notas.

As entrevistas e conversas sem o uso de gravador foram com as seguintes pessoas:

1. Marcia PPTAL/FUNAI/GTZ-BSB
2. Slowacki PPTAL/FUNAI/GTZ-BSB
3. Maximiliano Barbosa Fraga – DDH/MRE-BSB
4. Tania Jardim - ABC - cooperação multilateral MRE-BSB
5. Melissa -ABC cooperação bilateral com o governo da Alemanha. MRE-BSB
6. Fernando Negret - AMA - BSB
7. Fábio Abdala - AMA - BSB
8. Vitória - PPG7/MMA
9. Adriana Ramos - ISA - BSB
10. Helcio Marcelo de Souza assessor de populações indígenas e meio ambiente - INESC-BSB
11. Joe Leitmann - Coordenador do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil ESSD - Banco Mundial - BSB
12. Leonora IBAMA/Manaus
13. Sondra - GTZ/PDPI-Manaus
14. Fábio - equipe técnica do PDPI-Manaus
15. Maira Smith - equipe técnica do PDPI-Manaus
16. Ivania Assessoria de Comunicação - PDPI-Manaus
17. Ademir Ramos (24/07 e 06/08/02) - FEPI (Fundação Estadual de Políticas Indígenas do Amazonas)
18. Hans Krüger (05/08/02) - GTZ/SPRN Manaus
19. Sandra Noda (data) INPA (NERUA) - Manaus

IV. LEVANTAMENTO DE FONTES PRIMÁRIAS

Além das entrevistas, foi feita a seleção de documentos relativos à história dos projetos, de forma que fiz a coleta de material institucional e outros documentos a respeito dos projetos, desde os arquivos do PPTAL como relatórios anuais, POAs, Ajudas-memórias, relatórios de viagens; no PDPI, fiz cópia do projeto original do PDPI, de todos os projetos aceitos e alguns projetos recusados, além de propostas de projetos ainda em avaliação para PDPI; na GTZ e KfW é

abundante a quantidade de documentos e publicações institucionais para divulgação externa das instituições, e recolhi material que tivesse relação com participação, populações indígenas, florestas e desenvolvimento. Consegui ainda outros documentos e livros dessas instituições e de outras questões relativas a Alemanha com os peritos alemães da GTZ, inclusive acervos pessoais.

Quanto às ONGs, fui ao ISA, onde através do contato pessoal com Adriana Ramos, pude copiar comunicações, faxes e cartas enviadas pelos próprios membros do PPG-7, inclusive às autoridades governamentais.

A listagem de todo o material bibliográfico está registrada no final deste documento.

O levantamento da pesquisa foi feito tomando como base algumas categorias-chave que são destacadas nos projetos. As categorias relevantes são: participação, capacitação, gestão, planejamento, transparência, eficiência e inovação.

Particularmente, estão em foco nesta pesquisa, as formas pensadas e executadas nos projetos para inclusão das populações indígenas nos processos decisórios relativos à gestão do meio ambiente na Amazônia brasileira.

V. PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS DE DEBATES

Além das atividades de pesquisa acima citadas, tive a oportunidade de participar de alguns eventos de discussão. Em Brasília fui a uma palestra do professor do IPPUR, Henri Acselrad, no âmbito dos debates PPG7 do dia (17/07) No dia seguinte, houve um debate do Banco Mundial, coordenado pelo Joe Leitmann, com Sérgio Margullis, sobre economia ecológica (um desastre ético, e conceitual, no que diz respeito a definição usada para desenvolvimento sustentável da Amazônia).

VI. PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO DA FEPI SOBRE ETNODESENVOLVIMENTO

Em Manaus, no dia 06/08/02, participei de um seminário e debate em evento organizado pela FEPI na COIAB, cujo título foi *Articulação Política Indígena - Avaliação e Perspectiva , Projeto de Futuro*.

VII. DIÁRIO DE CAMPO¹¹

Durante todo o período de campo, foi feito um diário das atividades e impressões que tinha no correr do dia, escrevendo em um caderno em todos os momentos, de manhã, no ônibus, no almoço, em pausas das entrevistas. Nesse diário do caderno, foram registrados todos os detalhes e observações que fazia no momento em que o vivia, e à noite, em casa, passava, já com o distanciamento do fato, as informações mais direcionadas e refletidas, também sintetizadas, para o notebook que peguei emprestado no PPGAS. O computador me ajudou muito na organização do material durante a viagem.

Foi colocada também no computador a relação de todas as pessoas com as quais tive contato e outras que não consegui, mas que são uma boa fonte nas relações sociais e políticas locais para o futuro da pesquisa, estando a lista organizada por instituição, com telefones, endereços, e-mails, nome de secretária e localização na cidade. Os roteiros de algumas entrevistas também foram elaborados no computador. Ainda, fiz breves considerações sobre as condições da entrevista - impressões pessoais sobre a pessoa, sobre sua relação no contexto de trabalho e a relação que tinha com o assunto tratado. Ao longo do período, foram registradas avaliações periódicas sobre o andamento da pesquisa ou sobre determinados temas que estava tratando, com reflexões sobre possíveis frentes de encaminhamento.

VIII. COMENTÁRIOS SOBRE AS ENTREVISTAS, POR INSTITUIÇÃO

A seguir, descreverei de forma bastante resumida, as condições e comentários sobre as **as entrevistas gravadas**.

EM BRASÍLIA

a) FUNAI - SETEC E GTZ

¹¹ O diário de campo na íntegra está em anexo, ao final deste relatório.

Visitas recorrentes para entrevista com o pessoal da equipe da coordenação técnica ou secretaria técnica do PPTAL seja funcionários da FUNAI ou consultores contratados.

A dinâmica de trabalho na secretaria técnica do PPTAL e na GTZ no momento em que estive pesquisando foi de certa forma alterada em função das férias de parte da equipe. Estavam ausentes o Luis e Karola.

Cada membro da equipe se ocupa de uma função específica: coordenação (Themis), acompanhamento em campo no processo de demarcação (Slowacki e Henrique), capacitação (Maria Helena), monitoria (Juliana), contabilidade (Luis).

A equipe se reúne periodicamente para uma avaliação conjunta das atividades que estão fazendo separadamente. Enquanto estive por lá, pude presenciar uma dessas reuniões, em que são colocadas as questões e decisões individuais de cada um no sentido de promover a troca de informações e ganhar eficiência no trabalho, mas também, justificar as razões das decisões tomadas individualmente. A função de monitoria é exatamente a de captar este conjunto de decisões individualizadas no sentido de buscar caracterizar o andamento do projeto como um todo e este tipo de reunião é estimulado e valorizado pelo responsável pela monitoria, que ainda se ressentia muito da dificuldade de agregar informações.

Outro ponto que foi muito apontado pela equipe foram as dificuldades que têm sido encontradas no trabalho no que depende do quadro técnico da FUNAI. Dois pontos foram ressaltados: a dificuldade de incorporação das mudanças no que diz respeito a contratação de consultorias, com o Decreto 3751, de fevereiro de 2001, consideradas já absorvidas em novembro de 2001 e o atraso na resolução do convênio FUNAI/UNESCO, que promoveu a perda de 80 técnicos da FUNAI, atingindo especialmente a equipe da DAF, em que 40 funcionários não tiveram renovação dos contratos. Esses fatos contribuíram para o atraso durante o ano de 2001, tendo sido regularizada a situação ao longo do mesmo ano, havendo uma expectativa de normalização do ritmo do projeto no ano 2002.

Foram feitas 6 entrevistas com: Artur Nobre Mendes (2 horas de fita), Themis (1 hora de fita e notas em caderno), Slowacki (notas somente, sem gravação), Maria Helena Ortolan (1 hora de fita), Juliana Sellani (1 hora e meia de fita) e da GTZ, somente a Márcia Gramkow (notas em caderno, sem gravação), já que a Karola estava viajando.

Do pessoal da equipe do PPTAL, o primeiro a ser entrevistado, dia 03/07, foi o **Artur Nobre Mendes**, em função de ter sido o primeiro **coordenador** do CTPPTAL, e ter um acúmulo de informações sobre a história do projeto que poderia sinalizar para as próximas estratégias de entrevista e pesquisa. Artur é citado por muitos como a memória viva do projeto e é muito respeitado e conceituado pelos colegas, o que se pode entender porque quando se conversa com ele. Sua entrevista foi feita numa sala do PPTAL mais reservada, onde ficam computadores e o ploter e teve a duração de duas horas. Fiz antecipadamente um roteiro de umas 25 perguntas e praticamente o segui, sem que houvesse qualquer problema de interrupções ou falta de boa vontade; ao contrário, ele foi extremamente solícito e falou sem mostrar enfado por duas horas seguidas. Perguntou, depois sobre a minha pesquisa e revelou interesse em ter algum retorno. O reencontrei algumas vezes na FUNAI, por onde andava sem ter uma sala fixa, ficando algumas vezes na própria sala do PPTAL, e a última vez foi na posse da nova diretoria da ABA na UnB, dia 18/07, quando já falavam na sua indicação para presidente da FUNAI, o que venho saber depois, já em Manaus, que vem a se confirmar. Neste dia, conversamos um pouco e faço algumas perguntas a respeito da COIAB e de algumas dicas que ele pudesse dar a respeito de pessoas para entrar em contato em Manaus e ele mais uma vez foi muito cordial, dizendo que poderia escrever para ele quando fosse preciso. Mesmo que seja uma qualidade sua, atribuo esta interação à sua relação de respeito e admiração com algumas pessoas do Museu, particularmente ao Antonio.

As perguntas para entrevista com Artur Nobre Mendes foram elaboradas no sentido de destacar a perspectiva do entrevistado em relação a processos de mudança-transformação na FUNAI com a implantação de uma cooperação técnica direta através do PPTAL, enfoco questões relativas a organização da FUNAI enquanto órgão da administração pública e a questão do poder associado ao conhecimento em uma instância pública frente a entrada de atores da cooperação técnica. Direciono também as perguntas para a questão da participação e capacitação indígena pela FUNAI, o que é apontado como uma das inovações do PPTAL no que diz respeito às demarcações de terra feitas no Brasil. Por fim, peço algumas considerações sobre as perspectivas para o futuro do PPTAL.

A atual coordenadora do PPTAL, **Themis Quezado de Magalhães** é uma funcionária antiga da FUNAI, que vem da área de e como diz *“é feliz dentro de uma instituição pública, e consegue não sofrer na intemperividade.”*

Foi uma entrevista na sua sala após o expediente, no dia 05/07/2002, quando praticamente todas as pessoas já tinham ido embora. Ficamos das 17:30 até 19:00 conversando e ela me disse que é arquiteta. Pegou, antes de qualquer coisa, um papel e um lápis e disse que não consegue conversar se não tiver esses instrumentos nas mãos. Passou todo o tempo da entrevista desenhando gráficos, setas e quadrados no papel, como se buscasse apreender no papel, concretizar, materializar o que falava.

Sua entrevista foi extremamente crítica no que diz respeito à relação com a cooperação internacional, falando abertamente dos problemas decorrentes da relação direta com os peritos estrangeiros, da pressão exercida, da imposição de decisões e do fato de se adiantarem em relação a determinadas medidas que seriam de sua atribuição. No entanto, sua fala não se restringiu a críticas, mas reconheceu algumas vantagens que a cooperação introduziu na FUNAI. Seus elogios foram direcionados às vantagens da reorganização interna, da nova estrutura da equipe, da participação - tanto quantitativa quanto qualitativa - que a cooperação trouxe e tem contribuído para a coesão que se estabelece entre as pessoas que trabalham na equipe do PPTAL frente ao resto da FUNAI.

Segundo ela, a cooperação colabora para **instituir uma rotina**, ela tem **dado forma** às coisas no sentido de buscar resultados financeiros. Ela não vê maiores implicações neste processo, na medida em que considera que *“a cooperação não está interessada; ela quer viabilizar”*, considerando que *“o conceito é da FUNAI e a forma é ajudada pela cooperação”*

Dos vários dias em que estive na FUNAI/PPTAL, em muitos deles não encontrei a Themis. O que me pareceu foi que a equipe tem um entrosamento muito forte e o já houve uma introjeção do projeto nas próprias pessoas da equipe, de forma que a função de coordenador pode ser interpretada no contexto do projeto como tendo perdido parte de seu sentido. Themis passa, nas suas atitudes e no seu discurso, uma certa insegurança. Não tem um perfil de liderança ou de mando. Parece estar mais preocupada com a minúcia de questões específicas, de organização de documentos e coisas menores, do que pensar decisões e estratégias para o projeto. Verifiquei muitas vezes a presença do Artur junto à equipe e em conversas com ela, parecendo ainda ser importante a sua participação no projeto. Em conversas com a equipe, revelava-se uma certa nostalgia dos tempos do antigo coordenador. Ao contrário de Artur, há muitas críticas à **Themis**, mais explicitamente em outras instâncias que não a equipe, mas no MMA e na ABC. Direcionavam as críticas a sua postura em

reuniões da CCB e junto com os doadores. Os comentários, ainda que não idênticos, se pautavam no mesmo aspecto que diz respeito ao caráter relacional do poder nas relações entre diferentes atores nos processos administrativos de um projeto: *“A dominação de um perito estrangeiro da cooperação técnica só existe em um determinado projeto se o coordenador o permitir”*. Esta foi uma frase que escutei em alguns lugares a respeito das relações entre perito e coordenador no PPTAL - o que se supõe que o interesse de dominar é perene, constante e surgirá a qualquer deslize ou descuido do coordenador brasileiro.

Entrevistei **Maria Helena Ortolan** de Matos com gravador, por cerca de uma hora na FUNAI. Foi uma das pessoas com quem tive um contato bom, de relação pessoal, em função de questões relativas à maternidade e a vida profissional de antropóloga. Conversamos muito, mais em função de que ela falava muito e busquei explorar isso para saber dos detalhes de fatos corriqueiros da FUNAI e das pessoas com quem estava em contato. Maria Helena é a mais nova dentro do PPTAL, estando ali há somente 1 ano e é responsável pela **Capacitação**, uma atividade que ainda não tem muito reconhecimento e definição no projeto, mas que, segundo ela, pode ganhar dinâmica por ter se voltado mais para focar a capacitação direta das organizações indígenas;

A entrevista com **Slowacki de Assis** durou cerca de 1 hora e 1/2, entrevista anotada, sem gravador por pedido seu. Foi no dia 04/07/02.

Não fiz um roteiro para o Slowacki, mas optei por um relato mais informal sobre sua participação no PPTAL e sua opinião sobre as mudanças que ele sentiu no trabalho, no dia-a-dia das suas funções a partir da cooperação técnica alemã. Slowacki já havia sido anteriormente administrador regional por 18 anos em vários estados da Amazônia e, em função de sua experiência anterior junto com as populações indígenas, toda sua entrevista é marcada por questões associadas ao campo. No PPTAL ele faz um trabalho muito próximo às populações indígenas, que ele define como sendo de gerente técnico, cujo papel fundamental é de estabelecer a relação entre o projeto PPTAL e os beneficiários, no sentido de divulgar e estimular a participação indígena, indo de terra em terra visitar os grupos que veriam a regularização de suas terras. Ele conta sobre as mudanças no âmbito da organização da estrutura burocrática da FUNAI, da necessidade de sua reestruturação e contratação de pessoal, do término de alguns setores ou programas e aparecimento de outros, das finalidades e limites de atuação de certos departamentos, como o fim do CGPE (Projetos Especiais), onde ele e o Artur trabalharam, para a introdução do PPTAL, o que ele vê como tendo melhorias

significativas em termos técnicos e metodológicos do trabalho de regularização fundiária, mas também no sentido da maior possibilidade de participação indígena. Dá alguns detalhes em termos do funcionamento da cooperação em relação aos recursos financeiros e a relação com a cooperação técnica (a questão dos “no objects”)

A **Juliana Sellani**, consultora contratada através do PNUD, sendo nesta condição uma das mais antigas. Juliana é responsável por uma função central no que diz respeito à administração e andamento do projeto, que é de **Monitoria**, sendo uma das pessoas sentem mais a pressão e os impactos da cooperação, na medida em que está na intermediação com a equipe da GTZ. Por isso, é treinada nas técnicas de planejamento e monitoramento de projetos da cooperação técnica alemã, tendo ido para a Alemanha para realização de um curso de intercâmbio e formação;

Márcia Gramkow (**PPTAL/GTZ**) é uma figura de grande articulação no meio em que trabalha, tanto na GTZ quanto dentro mesmo do PPTAL. Forneceu-me várias dicas e telefones de contato que foram muito úteis. No começo do nosso primeiro encontro ela foi muito evasiva e omitiu em alguns momentos, mas ao longo do encontro e em novos encontros, ela falou de forma aberta e bastante objetiva nas questões que são importantes na cooperação. Não permitiu gravação.

A entrevista com a Márcia ocorre meio que por acaso, me pegando de surpresa. Saí para a FUNAI com a entrevista para Artur preparada, mas não havia feito um roteiro para conversar com ela e logo essa que imaginava ser a mais complicada, que teria que ter mais jeito. Cheguei á FUNAI e não encontrei o Artur, e então resolvo ligar para ela para marcar para o dia seguinte. No entanto, ela me atende de supetão e então aproveito para entrevistá-la. Até que não foi mal.

Foi na quarta-feira, dia 03/07, logo de manhã, se estendendo pela tarde. Ficamos das 11:30 até umas 15:00 hs. Não levei roteiro nenhum para as perguntas, não gravei e muita coisa também não deu para anotar, principalmente na hora do almoço quando ela falou coisas mais interessantes, mas cheguei em casa e anotei o que guardava de cabeça. Acho que saiu tudo de importante.

Ela falou sem parar, mas sempre querendo puxar para questões especificamente técnicas. Evitou tocar em questões complicadas, a não ser mostrar ressentimento para algumas críticas que a cooperação têm sofrido e ela vai ser muito enfática na importância de “se entender como funciona a cooperação, para não se escrever artigos enviesados, ou reproduzir um discurso que não é verdadeiro”.

Ela tocou em várias questões importantes e indicou várias pessoas-chave na relação com a Alemanha – pessoal da GTZ que atua em outros projetos. Enfim, foi bom ter sido uma das primeiras entrevistas para sinalizar o mapa das relações.

Iniciamos a conversa nos sentando à beira de sua mesa, onde fico meio sem jeito para escrever. Ela começa explicando como a GTZ atua no PPTAL, se utilizando de um poster esquemático. A GTZ entra como cooperação técnica para o gerenciamento da coordenação técnica do PPTAL – SETEC – CTPPTAL. Márcia é também professora na Universidade e vai parar no PPTAL inicialmente cedida pela Universidade para ajudar. Segundo ela, Artur dizia que ela tinha caído dos céus. Depois parece que ela é assumida pela GTZ.

Ela mostra um quadro que explica o organograma do PPTAL para mostrar onde a KfW entra, e explica que na parte do **gerenciamento** só entra RFT/Banco Mundial, não entra KfW. Ela fazia questão de apontar essas diferenças. Vi que ela falava muita coisa, sobretudo números, como se eu desconhecesse o assunto. Comento sobre a participação muito superior da Alemanha em relação à RFT e ela não fala nada. Outra coisa que ela foi reticente foi a respeito da relação entre GTZ e KfW, que comentei que andavam juntas – cooperação técnica e cooperação financeira e ela negou. Disse que há casos em que está somente a GTZ e outros somente a KfW. Levo esta questão para o pessoal que trata da cooperação bilateral Brasil –Alemanha na ABC, e dizem que isso não acontece normalmente, mas no PPTAL onde há cooperação financeira há cooperação técnica.

Sobre o tipo de atuação da GTZ – ela presta serviços de cooperação técnica – a FUNAI solicita os serviços na área de planejamento – planos operacionais, especialidade – organização e métodos – método ZOP – para elaboração de seminários, oficinas, reuniões – com propósito participativo.

Em janeiro de 2002 entra em funcionamento uma 2^a. etapa da participação da GTZ no PPTAL, que não tem a ver com a 2^a. fase do PPG7, mas é uma renovação do contrato da GTZ por mais 4 anos. Pergunto se isso depende da continuidade do PPTAL. Ela responde que o PPTAL está negociando sua extensão por mais dois anos, pelo menos e que a GTZ pode continuar atuando por mais 1 ano após o término do projeto como fase de “consolidação” do projeto.

Fala sobre o problema do pessoal que escreve sobre cooperação que andam dizendo muita besteira e que ela quer tirar todas as dúvidas porque anda circulando um discurso por aí que é enviesado. Ela diz que estão construindo um discurso que fala que a cooperação manda, que vira e mexe, mas a

cooperação atua dentro dos limites e sob consentimento do governo brasileiro e assim foram assinados os contratos. Eles sofrem auditorias constantes e há também auditorias internas e do governo. São ações muito fiscalizadas.

Ela queria falar sobre a capacitação técnica para o gerenciamento, para atuação do pessoal da FUNAI no que diz respeito a demarcação. Ela diz que há melhorias e que isso pode ser visto nos Relatórios da SETEC, que são anuais. Segundo ela, as melhorias são relativas basicamente às normas técnicas, a elaboração de editais para demarcação, ao mapeamento, enfim, questões que ajudam o trabalho de campo mas não atuam diretamente o campo. Pergunto sobre a participação da GTZ em demarcação com participação indígena e ela diz que houve poucos casos, 2 ou 3, e que esses casos foram feitos para se tornar exemplo para ser incorporado à SETEC. A GTZ proporcionou capacitação para índios no Vale do Javari, por exemplo, com treinamento de uso de GPS. Em termos burocráticos isso é feito da seguinte forma: a organização indígena entra com pedido de acompanhamento indígena na demarcação e capacitação para vigilância. Isso é componente 1. (via contrato PNUD)

O governo federal entra com a contrapartida para indenização de ocupantes de terras indígenas que são removidos.

Voltamos à história do PNUD e segundo ela, todo o dinheiro que entra, seja via KfW ou RFT passa pelo PNUD para que este estabeleça os contratos de pessoal, seja por consultorias ou contratos temporários – tem alguma mutreta para esse tipo de contrato, porque fica todo mundo sem garantias trabalhistas e sociais neste tipo de contrato. Ela fala inclusive do orçamento do governo passar pelo PNUD para que o governo não precise fazer concursos. Falo na questão dos recursos na intermediação das agências que ficam com percentuais administrativos. Ela diz que o PNUD fica com 2,5% . Artur voltará para esta questão, dizendo também que o problema não é tanto financeiro, mas burocrático.

Sobre o PDPI, ela diz que a GTZ atuou também nesta área, em estudos prévios para preparação das organizações indígenas - na área de saúde e educação e que o PDPI vai pegar elementos da experiência do PDA e do PPTAL que poderiam ser incorporados para o PDPI.

Esse discurso dela tem um propósito exatamente de se eximir de culpas que esse tipo de pessoa, que trabalha como contratada dos “gringos” sofre, de provavelmente ser acusada de ser do lado de lá, etc... e de tentar eliminar a questão do poder, da relação de maior influência decisória nos processos. Seu discurso deixa claro que quem fala tem poder de decidir. Ela tenta eliminar a questão do poder pela explicação do controle financeiro que são submetidos, como se isso definisse alguma coisa.

Então, como se não quisesse responder, mas dizendo que sei que a questão não é por aí, indico que talvez seja pelas experiências mal sucedidas com o Banco Mundial. Ela fala sobre o PRODEAGRO e o PLANAFLOOR que ainda não foi analisado, como se quisesse indicar alguma coisa (parece que esta é uma questão dos alemães, porque vários citam os casos dos projetos do Banco Mundial como algo que não deu certo, mas que suas consequências sociais e ambientais não são muito investigadas) Diz também que a Carola tem uma personalidade forte, e que isso pode ter influenciado julgamentos. Isso foi falado também pela Melissa que trabalha na ABC relações bilaterais.

Ela diz que o PPTAL é uma experiência diferente de qualquer outra para a GTZ, tanto no que diz respeito ao tamanho – área de abrangência – mas também tem a ver com a forma que os índios são constituídos no Brasil que é diferente de outros países da América Latina - ou seja na Bolívia, Nicarágua, Equador, eles não têm um órgão tutelar. Somente no Brasil existe um órgão que é responsável pela regularização da estrutura fundiária e é este órgão que vai tornar a relação e a concepção com os índios no Brasil tão diferente. A GTZ trabalha em outras áreas das Américas, mas nada se compara ao Brasil.

Ela acha a Alemanha tem interesse na área indígena que seja pelo interesse na área ambiental mas também porque eles idealizam o índio exótico, selvagem, romântico, idílico. Ela diz que a Universidade de Leipzig tem grande interesse nessa área.

Pergunto sobre a participação indígena na área de vigilância e ela chama para almoçar. Saímos para o almoço e então ela, já no meio do corredor da FUNAI sai falando sobre as jogadas da cooperação internacional, através das diferenças entre “doação”, “fundo perdido” e “empréstimos” no que diz respeito ao controle político da coisa. E PPTAL é doação e nesse caso o controle do doador é muito maior, porque o doador quer saber pra onde vai o dinheiro que eles estão dando – isso tem um

retorno político para os doadores, o que é bem diferente no caso de fundo perdido e empréstimo que o governo brasileiro controla mais e faz o que quer.

Converso com a Márcia em outras ocasiões, como na posse na diretoria nova, na UnB e ela sempre é muito informativa sobre os alemães e demonstra grande interesse na pesquisa.

b) GTZ-PD/A -Thomas Fatheuer (gravador)

Foi uma das melhores entrevistas que fiz e uma das pessoas mais abertas ao diálogo. Conversamos longamente inclusive sobre sua experiência anterior ao PPG7, na Alemanha e junto a sociedade civil alemã. Emprestou-me alguns livros de seu acervo pessoal sobre a Alemanha e sobre o PPG7. Tem um bom conhecimento sobre a situação social da Amazônia, pois já havia trabalhado na FASE do Pará e do Rio. Me indicou que falasse com várias pessoas e percebi, através dele, que os alemães que trabalham no Brasil estabelecem uma rede de relações pessoais, além das profissionais – eles almoçam e saem juntos para conversar, além dos compromissos de trabalho.

Thomas tem uma trajetória pessoal de trabalho na Amazônia inicia-se nas ongs alemãs e depois é entra na GTZ, passa a receber rendimentos muito superiores. Sua trajetória não difere de outros alemães, que também passam por ongs alemães, trabalham em várias partes do mundo e têm na Amazônia, o ideal de realização profissional.

Thomas tem opiniões muito próprias, se posicionando de forma crítica em fóruns do PPTAL, parecendo algumas vezes ter opiniões que divergem dos alemães. Ele não teme as críticas aos estrangeiros. É sociólogo por formação.

Talvez ele não represente exatamente o alemão típico, porque se sente e se afirma como brasileiro, é casado com uma paraense e mora há anos aqui.

c) MMA – PPG7

Conversei somente com a Vitória na sede do PPG-7. Não foi uma conversa que deu muitos frutos. Foi breve e com pouco material. Não voltei lá, porque priorizei o trabalho mais fechado no PPTAL em Brasília, mas acredito que em nova pesquisa de campo talvez deva retornar. O MMA está dividido entre a sede do PPG-7, na Asa Sul e na Esplanada dos Ministérios, onde fica, por exemplo, a sede do projeto Corredores Ecológicos, que pretendia visitar. Havia um clima de mudanças quando estava em Brasília, em função da transição de governo, porque ouvi boatos de que a

coordenadora da Secretaria da Amazônia, Mary Allegretti iria sair, e que o Márcio Santilli também sairia e iria para o ISA. Quando cheguei em Manaus, soube que Carlos Aragón saiu. Não sei atualmente como estão as negociações para a 2^a. fase do PPG-7, mas parece que a atual coordenação está tentando deixar tudo encaminhado para que se prossiga na mesma direção, sendo que há uma expectativa de que o Banco Mundial cada vez mais tenha menor influência e que o programa seja mais assumido pelo governo brasileiro, através da maior participação de outros setores e ministérios do governo federal e dos governos estaduais.

d) ISA

Adriana Ramos

Encontrei Adriana na sede do ISA, em Brasília, um escritório grande, com umas quatro salas separadas. Ela divide a sala com mais duas pessoas. Foi um encontro rápido porque ela estava de saída de férias e estava resolvendo seus compromissos de trabalho, mas me atendeu com atenção. Deixou comigo, antes de sair para o almoço com uma amiga, várias pastas do arquivo do ISA, com documentos importantes sobre o andamento dos projetos, tanto PPTAL como PDA e PDPI. Tirei cerca de 200 cópias e comprei alguns livros.

e) Inesc

Fui ao Inesc falar direto com o responsável pela área de meio ambiente e políticas indigenistas, Hércio Marcelo de Souza, dia 11/07. Seu discurso se fundamenta nas críticas à atuação do Banco Mundial no que diz respeito ao meio ambiente e a noção de “manejo sustentável da floresta” como uma forma de quebrar o tabu ambientalista da floresta intocável. Fala ainda sobre alguns projetos em que está trabalhando sobre a reforma do Estado e sobre a participação indígena no parlamento nacional, através de uma representação política diferenciada e apresenta um debate sobre o modelo das organizações indígenas estar baseado nas ONGs e isso geraria problemas nas relações com lideranças tradicionais.

Hércio ficou interessado na questão da cooperação alemã, dizendo que desconhecia trabalhos nesta área e seria interessante uma comparação com estratégias do Banco Mundial, por exemplo, sobre o qual já tem muito trabalho publicado. Citou alguns projetos em que está envolvido que há colaboração da Alemanha, através da Fundação Heinrich Böll, cuja sede está no Rio de

Janeiro, na Glória. Quando cheguei ao Rio vi na caixa postal do correio eletrônico que ele havia enviado alguns documentos seus publicados no Inesc. A partir de sua idéia de procurar a Fundação Heinrich Böll, procurei Jens, o alemão que está fazendo pós-doutorado no Museu e ele me disse que é amigo da pessoa responsável pelo escritório no Rio.

f) ABC

De uma forma geral, todas as pessoas da ABC foram muito arredias à minha entrada para pesquisa, com exceção da Elke Constante. A maioria das pessoas que trabalha lá não é de antropólogos e tem uma forma de trabalhar extremamente objetiva e pragmática - trabalham com projetos e com planejamento e não com análise, reflexão ou avaliação.

Além disso, todos ali são funcionários do PNUD e pareciam meio desconfiados. Quanto mais se sobe na escala de hierarquia, menos barreiras são colocadas, ou seja, a conversa com a Elke foi a mais franca, com tempo e sem restrições.

11) Tania Jardim (cooperação multilateral recebida) Não gravei, mas fiz notas. Este dia estava passando muito mal, gripada e a cabeça pesada, de forma que as notas não foram as melhores. Tivemos uma conversa breve e estranha em que ela não falou nada substancialmente muito novo. Ela levantou-se duas vezes por mais de 10 minutos cada vez, o que quebrou a dinâmica das perguntas, talvez propositalmente, mas também pode ser porque realmente estava muito ocupada. Sua chefe, a Sandra, foi a pessoa com quem conversei por telefone e se mostrou muito prestativa, falando abertamente de vários assuntos relativos ao PPG-7, que dizia estar acompanhando desde o início, estava viajando de férias e a Tania, por receio de não estar com a chefe ali, não abriu quase nada. Falou de forma rápida e recorrendo a termos muito genéricos e indefinidos, para provocar confusão, parecia. Indicou-me logo que falasse com outra pessoa, a Melissa, que era da cooperação bilateral alemã e se livrou de perguntas mais específicas. Marcou comigo uma outra data para que fosse pegar com ela alguns documentos posteriormente relativos a atuação da cooperação multilateral, que seria realizada pelo PNUD. Estive no dia marcado, mas ela não apareceu nem entregou o material, que disse que estaria separado, mas não deixou nada. Há a página da internet.

Melissa é especializada nas relações de cooperação bilateral com a Alemanha e foi indicada pela Tania para explicar a relação Brasil-Alemanha. Apesar de nova, dominava o assunto. Separou-me algum material sobre os acordos com a Alemanha.

Ela vai definir cooperação técnica e cooperação financeira de forma mais criteriosa do que a Tania Jardim. Diz que a cooperação técnica alemã não é necessariamente vinculada à cooperação financeira (mas Victor Dohms diz que no caso do PPG-7, há vinculação sim) e há dificuldade de definir o que pe cooperação técnica e cooperação financeira, porque o perito da cooperação técnica é o mesmo que faz o controle dos recursos da financeira (como também afirmou Artur Mendes), e esse perito é colocado pela GTZ.

Cooperação TÉCNICA trata exclusivamente de transferência de tecnologia, mas também envolve recursos para pagamento dos peritos, dos consultores de curto prazo, equipamentos, treinamento, cursos na Alemanha. Há cash também, que entra para manutenção do escritório, mas é reduzido. São fontes bilaterais. No caso do PPTAL são 9.6 milhões de marcos alemães. A ABC não toma conhecimento dos recursos, já que cooperação financeira passa pela SEAIN e os peritos têm que prestar contas com o KfW. As doações de equipamentos são feitas ao órgão público executor e este - o Brasil na relação bilateral - tem que entrar com a mesma parte que o doador na contrapartida em cooperação técnica. Quem arca com a contrapartida é o órgão executor, pode ser federal, estadual ou municipal.

No caso de Cooperação FINANCEIRA – é o dinheiro, a instituição brasileira monta um projeto para efetivar a entrada do recurso. Na ABC, o setor em que ela Melissa trabalha que é de Cooperação Técnica Recebida Bilateral, tratam exclusivamente de cooperação técnica. É diferente da CTRMultilateral que são acordos entre Organizações Internacionais, que acaba entrando recursos financeiros.

Há um acordo Básico de cooperação entre Brasil e Alemanha, de 1963. A instituição executora brasileira encaminha um projeto para a ABC, que faz uma análise técnica e encaminha para uma fonte externa, por exemplo, a Alemanha. Aprovando. Há negociação do que o doador quer entre ele, a instituição executora e a ABC. Assinam o Ajuste Complementar. A cada novo projeto, há um Ajuste complementar, que vai definir tudo relativo a este projeto, inclusive a contratação de peritos. O Acordo Complementar vai refletir o que foi acordado. Tudo fica definido aí, horas do perito, equipamentos, quanto recebe para eventuais gastos. A cada fase do projeto se assina novo Ajuste

complementar. Os alemães demoram muito para enviar de volta o AC, por causa de problemas burocráticos que tem lá na Alemanha. Os Acordos complementares tratam somente da parte operacional e as negociações intergovernamentais se dão entre pessoal do Itamaraty especializados nas questões discutidas (que fazem parte das divisões relativas a meio ambiente, direitos humanos, entre eles, os indígenas) que definem os detalhes e confirmam o acordo. Entra o BMZ, Ministério de Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha e ABC.

Nessas reuniões que são feitas de 2 em 2 anos, são definidas as diretrizes da cooperação internacional onde os alemães sempre iniciam falando sobre o interesse alemão na área ambiental. Declaram as áreas de interesse e quanto vão gastar, todo o resto que é referente às concepções e aos interesses nas questões, é velado. Em termos de prioridade de áreas temáticas, os alemães têm interesse em combater desertificação, pobreza e investir em energias alternativas. De forma geral, **INDUBITAVELMENTE** a área de meio ambiente é **PRIORITÁRIA**, tanto urbana industrial quanto florestal.

Há basicamente 2 grandes programas da cooperação técnica alemã no Brasil:

- Meio ambiente (florestal e urbano-industrial) e
- Desenvolvimento Local Sustentável (fusão entre o Pro-renda e Programa Industrial para Pequenos e Médios produtores)

É importante notar que ela ressalta o fato de a Alemanha ser o maior doador do PPG7 e segundo ela, a Alemanha dá prioridade para questões ambientais e indígenas. Ela fala em termos bem gerais que o total dos recursos aplicados no Brasil, cerca de 50% vai para o PPG7 e 50% para outros. A carteira da área florestal é praticamente toda para PPG7, quando não é, é bilateral associado. A Alemanha está no SPRN, PDA, PPTAL, Promanejo, Provarzea, AMA e corredores ecológicos.

g) MRE – DTS (Depto. de Temas Sociais) – DDH (Divisão de Direitos Humanos)

Maximiliano Barbosa Fraga, dia 10/07/02, na sala do Anexo do MRE, mesmo prédio da ABC. A indicação de conversar com o Maximiliano no DDH foi feita pelo Celso França, assessor do secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro.

Ele é um diplomata, 3º. secretário que está no DDH há pouco tempo e pegou a questão indígena há menos tempo ainda. Quando falei com ele, fazia duas semanas que estava vendo essa questão.

Quem mexia com isso antes era uma outra secretária que não me lembro o nome (ver). Na verdade, a questão indígena está somente há um ano no DDH, porque antes era do DEMA - Departamento de Meio Ambiente. Ele diz que a Divisão de Temas Sociais foi criado em 1995 e acha que a questão indígena está mais adequadamente sendo tratada nesta instância, ainda que não fosse negligenciada no DEMA. Indica também outros departamentos que deveria ir, como Divisão de Temas Especiais, em que se trata de patentes e propriedade intelectual e que estão lidando com a questão da biodiversidade e do conhecimento indígena. Também recomenda que fosse no SEAIN, para pegar informação sobre cooperação financeira internacional e no Senado também. No entanto, apesar de estantes cheias de arquivos organizados por temáticas em que a questão indígena aparecia em várias caixas, ele não me permitiu fazer a pesquisa no arquivo deles. Disse que ali só encontraria acusações de organismos internacionais contra o governo brasileiro a respeito de não cumprimento dos direitos indígenas. Este material deve ser fabuloso e tenho vontade de retornar lá, mas acho que talvez fosse preciso uma entrada mais oficial. O que me passa como material é alguns documentos do Alto Comissariado da ONU (que agora está sob direção de um brasileiro) e da OEA.

Segundo ele, há 4 eixos sobre os quais atua o DDH nas questões indígenas. São eles:

1) Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, criado em Maio de 2002, em Nova York no âmbito do sistema da ONU com 8 representantes dos governos e 8 representantes indígenas, de todo o mundo e de todas as regiões. Os membros foram eleitos em dezembro de 2001 e a primeira reunião em maio de 2002. Do Brasil foram compondo a delegação oficial, a conselheira Maria Helena Pinheiro Pena e Azelene Kaingang, que representava tanto a FUNAI quanto a sociedade civil (o que pode parecer confuso). Disse que foi um marco na questão indígena internacional porque vem atender a uma antiga aspiração de grupos indígenas no mundo todo, sendo o principal fórum de discussão da questão indígena na ONU.

2) Convenção 169 da OIT - Foi em 21/06/02 ratificada pelo Brasil, apesar de haver alguns pontos que foram apontados como problemáticos para ratificação, como a questão da posse da terra e da exploração de recursos minerais. As discussões sobre a ratificação da OIT vão acompanhando as discussões sobre o Fórum Permanente.

Adotou-se, ou melhor, admitiu-se a adoção do termo POVOS indígenas, ainda que com a ressalva de que esta terminologia não poderia ser empregada no sentido de secessão, de separação em relação ao Estado Brasileiro, o que denota a relutância em relação à divisão territorial.

3) Declaração da ONU sobre Direito dos Povos Indígenas

4) Convenção da OEA

h) SEDE DO KfW - Dietman Weinz

Tive uma grande dificuldade em marcar a entrevista com o Sr. Dietman, dificuldade em encontrá-lo e em marcar um horário em que ele estivesse disponível. No entanto, ao me receber, se desculpa e mostra-se atencioso. Ele é um executivo de grande responsabilidade no quadro do KfW, e havia comentários de outros alemães de que ele assumiria a direção geral do banco. No mês que estive em Brasília, a maioria dos alemães estavam viajando de férias para a Alemanha e ele ficou praticamente sozinho no escritório, sendo assessorado por uma secretária particular, Astrid, e por uma secretária geral. Este era o pessoal da sede do KfW no Brasil.

A decoração do escritório era simples, mas refinada, sendo que em todas as paredes, só o que havia eram os posters de fotografias dos índios do livro do PPTAL.

Ele me atendeu às 17:30 e conversamos até as 19:10, na sala de reuniões do escritório. Foi possível gravar, até determinado momento em que ele me pede para desligar o gravador, porque insisto em que conclua uma frase sobre as dificuldades de se atuar no Brasil. Desligo e ele fala sobre a preferência que o governo dá a contratação de empréstimos junto ao FMI, que não ele não compreende em função do KfW ter prazos mais longos e juros mais baixos. É uma disputa por mercado na América Latina, que tem forte vínculos históricos de dependência financeira e política com o FMI. É crítico também em relação a contratações via PNUD que o governo tem feito, dizendo que é uma “forma do governo se autodriblar”, ou seja, driblar as próprias regras que cria (regras criadas para não serem cumpridas não deve ser muito fácil para alemães entenderem).

Falamos sobre a atuação do KfW no campo do desenvolvimento e pergunto se poderíamos entender a atuação conjunta KfW-GTZ como uma forma de “política externa” do governo alemão junto aos governos de países em desenvolvimento. Ele responde secamente que não, mas afirma que pode representar ganhos políticos em termos de imagem institucional.

Ao final da entrevista, me dá algumas publicações do banco (listadas na bibliografia) e um livro que conta a história do banco desde sua criação. Tirei cópia deste livro que dá um panorama muito interessante sobre o histórico da atuação do banco e o deslocamento de um propósito de

reconstrução do pós-guerra, com colaboração do Plano Marshall, para uma atuação dirigida à questão da pobreza, crescimento e meio ambiente em países menos desenvolvidos.

i) SEDE DA GTZ - Victor Dohms - 16/07/02

O contato que tinha na sede da GTZ era de uma mulher chamada Dora. Ao ligar para lá, me dizem que falasse com o Sr. Victor Dohms. Ele é um dos diretores da GTZ e é muito gentil ao me atender. Está no Brasil há muitos anos, já tinha trabalhado no Caribe e sua formação é de oceanógrafo. Se desligou durante algum tempo da GTZ mas depois foi recontratado e trabalhou durante algum tempo no Nordeste do Brasil.

A entrevista foi feita pela manhã, em sua sala na sede da GTZ e durou cerca de duas horas.

1. Falamos sobre a história da GTZ no Brasil, sobre a instalação da sede nos anos 60 e sobre a política de atuação da GTZ no Brasil, a relação com o governo alemão, as áreas prioritárias no Brasil, a relação com organizações não governamentais e organizações indígenas. Falou bastante da questão da participação na política da cooperação técnica, que isso é um processo que eles desenvolveram e se orgulham de poder desenvolver projetos que são elaborados a partir das bases, com participação social.

Quanto aos peritos, perguntei qual a formação, se são todos alemães e me disse que há hoje 39 peritos no Brasil, selecionados a partir de uma “chamada internacional” entre peritos da GTZ que estão espalhados no mundo todo.

EM MANAUS

a) PDPI – de 22/07/02 a 26/07/02 , 30/07/02, 07/08/02

Logo que cheguei a Manaus, entrei em contato com o Fábio, no Sábado, dia 20/07 e marquei de segunda-feira ir ao escritório do PDPI. Chegando lá, conversamos um pouco sobre a pesquisa e fiquei lendo um material do PDPI em uma sala de reuniões, de vidro, de onde observava o funcionamento do escritório. Enquanto estive por lá, o escritório estava recebendo currículos de candidatos a preencher cargos de administração do contrato da FUNASA com a COIAB. Enquanto a COIAB está passando pelo processo de auditoria e com a coordenação provisória, o PDPI assumiu

essa função. Isso trouxe alguma alteração para a rotina das pessoas, principalmente da secretária e havia um certo descontentamento de que o PDPI assumisse esta função que não é deles.

O ritmo de trabalho do pessoal da equipe varia, mas de forma geral, ficam envolvidos com a leitura dos projetos indígenas que são encaminhados. Trocam algumas idéias entre si, pesquisam alguma coisa, recomendam outras, elaboram material que levam para as oficinas nos finais de semana, entre outros. Trabalham no PDPI 4 pessoas na equipe técnica, onde o coordenador é um indígena, há um antropólogo e dois com formação na área de ciências naturais – biologia e engenharia florestal. Há também uma assessora de comunicação. Da equipe da GTZ, há uma perita que é antropóloga e alemã, que atua com a colaboração na parte contábil e financeira dos projetos de uma matemática que veio da ABC, de Brasília. Há também um perito da cooperação inglesa, que é brasileiro que ainda não tinha assumido seu posto. A secretária atende a todos e há também um rapaz que faz serviços gerais de escritório, que é indígena. Temos então um grupo composto por 10 pessoas.

Dessas 10 pessoas, tive contato maior com 6 e fiz entrevistas dirigidas com basicamente duas pessoas no PDPI: Fábio, que na ausência do Gérson responde pela coordenação do projeto e a perita alemã, Sondra. Os outros profissionais que trabalham no PDPI, Ivânia (assessoria de imprensa), Maira (equipe técnica, ecóloga), Viviane (GTZ, responsável financeira pelo PDPI) e Angela (secretária) tive conversas informais. Não consegui entrevistar durante minha estadia o coordenador do PDPI, Gérson Baniwa e o perito do Dfid.

A minha presença foi recebida de forma bem diferente do que na FUNAI, em que havia uma curiosidade e grande respeito demonstrado pelos antropólogos do Museu Nacional, o que nos aproximava e sempre gerava conversas durante o dia em torno da antropologia e outras questões do trabalho na FUNAI. No PDPI, no entanto, sentia um certo clima de desconfiança e silêncio. A equipe é muito diversa em termos de formação e não tínhamos muita afinidade. Cada um da equipe vinha também de uma experiência pessoal muito diferente, normalmente ligada a questões práticas de atuação na Amazônia ou em projetos, e não necessariamente da área acadêmica, o que era mais comum no PPTAL.

O PDPI passa a impressão de ter um caráter experimental de funcionamento, mas na verdade, a equipe se reúne na sala onde fiquei para fazer o planejamento da semana e estabelecer os locais em que vão fazer as oficinas, quem vai, o conteúdo que estão trabalhando, entre outras

questões. Há, no entanto, muitas demandas locais que exigem a participação da equipe, que torna-se muito exigida e com pequena margem de mobilização.

Para a entrevista com a Sondra, ela perguntou sobre o que era a pesquisa e disse que conversaria após ler algum material que tivesse sobre a pesquisa, qualquer coisa, disse ela. Apresentei uma cópia da proposta de auxílio a pesquisa que havia feito em setembro do ano anterior, em que apontava linhas gerais da pesquisa e assim, foi possível marcar uma entrevista. No dia marcado, em sua sala, levei o gravador e pedi se podia gravar. Ela brinca dizendo que seria melhor eu copiar, mas que se quisesse gravar, não havia problema. Início a gravação sem fazer anotações e não percebo que a fita estava parada. Prosseguimos e somente no final da conversa, que durou cerca de uma hora, constatei que teria que anotar rapidamente tudo para não esquecer.

Antes de começar as perguntas, no entanto, ela começa a analisar o projeto ponto a ponto. Faz críticas a análise de discurso e ao uso de Foucault. Disse que ainda havia muita indefinição quanto aos atores com os quais iria trabalhar. Se disse interessada no enfoque da “antropologia do desenvolvimento”, pois ela não via muitos trabalhos no Brasil nesta área.

As questões que Sondra traz são muito interessantes, não só pela experiência que ela tem no campo da atuação prática da antropologia, passando por Bolívia, Indonésia e Amazônia, e trabalhou inicialmente em organizações não governamentais de direitos humanos, mas também da experiência que tem de GTZ, onde está há mais de 10 anos. Veio direto da Indonésia onde estava há 6 anos, após se candidatar a um “chamado internacional” que a GTZ fez para trabalhar no PDPI. Não sabia português, mas com o espanhol, pode rapidamente pegar o português, o qual fala com desenvoltura e bom vocabulário.

Completo em agosto dez meses em que está no PDPI.

Disse que a GTZ ainda não tem uma política para atuar junto aos povos indígenas e que houve uma reunião em julho de 2002, na Alemanha, em que foram reunidos peritos do mundo todo para discutir isso e que ainda é muito pouco definida a noção de como se trabalhar com povos indígenas. Me emprestou um documento do BMZ em que se estabelecem algumas diretrizes de atuação da cooperação com povos indígenas, e foi um dos documentos de referência com os quais trabalharam neste encontro na Alemanha.

Sobre a atuação da cooperação internacional, ela aponta várias questões. A primeira sobre a relação entre ongs alemãs e governo alemão, diz que há uma briga política entre as ongs na disputa pelos recursos oficiais na Alemanha, da mesma forma que aqui no Brasil.

Discute quando uma análise parte da pressuposição de que a atuação dos alemães é invasora, de dominação e de poder. Ela diz que sabe que há assimetrias de poder entre os países e que há diferentes tradições de saber, mas qual seria então a alternativa?

Depois fala sobre sua atuação como perito, que ela nega dizendo que não é perita, mas assessora. Ela diz que a equipe é muito jovem e inexperiente em projetos e ela então vem suprir esta função de ajudar a organizar os projetos, dando cursos e capacitação, na elaboração das oficinas, monitoria e administração etc.. Ela diz que o termo “perito” se aproxima de “expert” mas não é isso que ela busca fazer, mas sim orientar. Ela não usa a palavra participação. Sobre a relação dos peritos com a GTZ central, ela diz que a GTZ está passando por um processo de descentralização e que eles se reportam mais à Brasília do que à Alemanha. E ainda, o que tem que ser feito, segundo ela, é somente um pequeno relatório de atividades. Busca minimizar o controle institucional ou a existência de uma política de atuação em escala global, como se houvesse uma liberdade de atuação de cada um dos peritos nos seus projetos.

A entrevista com Fábio foi feita no dia 07/08, na sala de reuniões do PDPI. Ele começa falando da relação da equipe com a cooperação e diferencia a cooperação financeira da cooperação técnica, dizendo que a financeira coloca mais restrições, condicionalidades, e a cooperação técnica vai depender do perito com o qual se lida. No caso do PDPI ele diz terem tido sorte, porque a Sondra tem uma relação muito boa com eles, ela lê os projetos, discute com eles, tem bastante experiência e tem contribuído muito com eles e mesmo com as regras e normas, ele diz que ela tem um acerto flexibilidade na forma de atuar nos projetos, algumas vezes deixando as regras de lado para não inviabilizar o andamento do trabalho. Ele diz que as pessoas têm a impressão de que o perito é o chefe, mas ela não seria assim. No entanto, tive esta mesma impressão ao ver a forma como mudou o comportamento das pessoas com sua chegada (A Sondra chega na quarta-feira ou quinta-feira da mesma semana em que chego, na segunda-feira).

Fábio diz que o PDPI começa mesmo em novembro de 2000, quando Gérsen, ele e Viviane entram. Sondra entra em final de 2001.

Para poder ter elementos para analisar a relação que se estabelece com a população-alvo dos projetos e avaliar de que forma se dá a participação das populações indígenas nos projetos, procurei em Manaus entrar em contato com lideranças indígenas, entre as quais havia centrado meus investimentos na pessoa de Gérson Baniwa, coordenador do PDPI. Infelizmente, no entanto, devido às suas incansáveis viagens, não consegui entrar em contato para uma entrevista.

Fiz perguntas sobre o PDPI para lideranças indígenas, para o CIMI, para INPA,

b) INPA

O contato dela foi indicado pela Ivânia do PDPI. Foram dois encontros que fiz com a professora Sandra Noda, exercendo há cerca de três meses a coordenação de extensão de pesquisa do INPA. A primeira vez foi dia 31/07 em que me atendeu em sua sala, entre muitos papéis e pessoas que atendia simultaneamente, indicando a intensidade de trabalho de sua rotina. Conversamos bastante, por cerca de uma hora, sem gravador, num tom mais informal, para conhecê-la e para saber o que o INPA estava fazendo junto às populações indígenas. Sandra se identifica a partir de duas frentes: a de trabalho no INPA, que é ligado ao MCT e, portanto é órgão de administração direta do governo federal (com o qual ela parece não se identificar) e a outra, na qual ela se posiciona explicitamente como parte, é a Universidade do Amazonas, a partir de onde tem uma atuação independente, autônoma como pesquisadora. Ela está alocada no INPA, mas cedida pela Universidade. Sandra se doutorou recentemente em uma área que faz interface entre sociologia rural e etnoecologia. Volto dia 02/08, por sua indicação, para conversar com Patrícia, sua assessora de pesquisa em um projeto de desenvolvimento sustentável com populações indígenas, criado recentemente, em parceria com a FEPI. O INPA está com vários projetos com parceiros diferentes: o próprio PDPI, a FEPI, o Greenpeace e com CEDUC. Ela cita um núcleo que formou a partir de alguns pesquisadores de áreas diferentes e instituições diferentes (cada pesquisador representa uma instituição), que tem o propósito de fazer estudos rurais e urbanos amazônicos, a partir da noção de “agricultura familiar indígena” e da organização ecológica como sendo decorrente da forma de organização indígena. Trabalham com etnobiologia e etnoecologia.

c)SPRN - IPAAM - 05/08/02

Fui entrevistar Hans Kruger, que é um perito da GTZ que trabalha no SPRN e foi indicado tanto pelo Thomas Fathauer, do PDA, em Brasília, quanto pela Márcia Gramkow. Thomas havia me dito que Hans tem alguns artigos muito críticos à atuação da cooperação internacional no Brasil. Ele trabalha dentro do IPAAM que é um órgão do Estado do Amazonas ligado à Secretaria de Meio Ambiente.

Hans Kruger foi professor na Universidade Livre de Berlim. Ele tem uma visão totalmente pronta a respeito de reforma de políticas públicas para gestão do meio ambiente e me surpreendi, porque não pude constatar uma visão distanciada ou crítica a atuação da cooperação. Iniciamos a conversa, ele claramente adotando uma estratégia que observei em muitos entrevistados alemães, de perguntar sobre a pergunta, evitando de responder em um jogo de retórica para desestruturar a entrevista. Deixei-o falar por muito tempo sobre a política brasileira, que ele conhece bem. Sobre reformas de Estado, ele acha que não mudou muita coisa, mas mudou sim no sentido de se ter hoje uma maior abertura e transparência no tratamento de certos temas que eram considerados tabus para o governo brasileiro (índios, mulheres, negros..) e neste aspecto, ele acha que a cooperação internacional teve grande influência.

Diz, com ênfase que o Brasil é um dos países mais conservadores do mundo e atribui isso a um regime caracterizado pelo “federalismo verticalizado”, em que as mesmas estruturas criadas no nível federal - IBAMA, INCRA, FUNAI, etc... estão sendo organizadas nos níveis estadual e municipal (faz um gráfico esquemático do que está falando no papel). Ao invés de haver maior integração, na verdade, elas operam na lógica da corporação: o corporativismo justifica que cada instância defenda os interesses de sua instituição e de seus funcionários, contribuindo para uma estrutura extremamente conservadora, porque ninguém quer mudar. Isso se dá nas relações verticais e também nas relações laterais (entre instituições com diferentes atribuições), havendo sobreposição de funções. Segundo ele, brasileiro não gosta de expor os conflitos e o PPTAL, por exemplo, não vai abordar os conflitos que existem no âmbito da disputa por gestão entre instituições.

O SPRN trabalha sobre problemas institucionais, pontualmente, junto aos órgãos estaduais de meio ambiente (SEMAs), e tem pouca visibilidade e atua através de um processo mais lento.

d) CIMI

Em sua entrevista, **Chicão do CIMI** vai falar sobre a diferença entre a cooperação governamental e a não-governamental, que têm implicações locais distintas porque têm interesses e formas de ação também diferenciadas. Acha que o interesse da cooperação internacional no PPG-7 não é na questão indígena, mas sim na ocupação e dominação da Amazônia, já que não há políticas equivalentes no que diz respeito a demarcação de terras e outras iniciativas para populações indígenas que não se situam na Amazônia. Aponta algumas questões a respeito do movimento indígena e sua articulação com o governo brasileiro e tem uma visão muito crítica a respeito das “parcerias”, que chama de terceirização, que se dá através dos Distritos Sanitários. Faz críticas severas ao processo de redução das atribuições do Estado em relação à saúde e vigilância e proteção das terras e populações. A questão da participação, que antes era uma perspectiva, mas agora o Estado passa a cobrar como obrigatória. Quanto ao PDPI, ele destaca o problema dos prazos que são estabelecidos que levam à imposição de um ritmo que é dos outros, dos projetos. Acha que isso pode rachar ou desarticular o movimento indígena, havendo uma “ocidentalização” das comunidades indígenas. Discute uma alternativa através da criação de fundos públicos brasileiros para gestão de projetos no ritmo indígena (o que foi citado por Bonifácio no encontro da FEPI, mas que ele diz que não há fundos no Fundo). Em relação ao PDPI, fala também das expectativas elevadas frente a baixos recursos, ou seja, baixa possibilidade de realização das demandas.

e) FEPI - 01/08/02 e 06/08/02

Sobre a FEPI, soube sua existência através da Mariana, lá em Manaus, quando conversávamos com a Viviane do PDPI. Muitas vezes quando se fala em FEPI está se falando do Ademir Ramos, seu presidente. A instituição é muito personalizada na figura do Ademir, que é altamente centralizador, controlador e manipulador. Por sua “fama de mau” fiquei curiosa para conhecer uma personalidade da política local e marquei uma entrevista no dia 01/08/02. Cheguei com um pequeno atraso pela dificuldade de encontrar o endereço, já que a rua estava em obras e tinha que se chegar pelos fundos da sede da instituição. Apresentei-me ao assessor, que me pediu que aguardasse no hall, bem montado, com duas poltronas e uma mesa com revistas. Uns minutos depois, sentou-se ao meu lado um senhor, que me perguntou alguma coisa e ao respondê-lo, indaga-

me se sou do Rio de Janeiro. Ele também era, e trabalhava em uma grande empresa de petróleo e estava ali para negociar, já que a empresa estava explorando gás na Amazônia, e eles queriam *“fazer um projeto com os índios, mas queria fazer diretamente com os índios”*, enfatizou. O interessante da história é que ele procurava o intermediário. Ao aparecer, o senhor com quem iríamos falar opta pelo empresário e me pede para aguardar. Aguardei por cerca de duas horas, já tendo lido todas as revistas existentes, finalmente sou chamada para conversarmos. Falamos em sua sala, compartilhada com a de seu assessor, e faço-lhe perguntas banais, para estabelecer um primeiro contato e deixá-lo pautar a conversa. Pergunto sobre o papel daquela instituição, o que já haviam feito, qual a relação com as organizações indígenas, com os atores da cooperação internacional e com o PDPI. Fala-me que além de antropólogo, é um indígena, como argumento de legitimação de sua atuação no movimento indígena como alguém “de dentro” e não simplesmente um representante do Estado. Mostra-me tudo que havia em termos de material institucional, inclusive relatórios de projetos com cronograma financeiro e relatório de atividades, além de fitas de vídeo e poster, encaminhado para o LACED. Fala-me sobre a realização de um evento que iria fazer na sede da COIAB uma semana depois. Mostra-me o programa e diz que *“era uma forma de apoiar a COIAB, de não deixar o movimento indígena morrer”*. Diz, várias vezes que a FEPI quer apoiar a COIAB.

O governo do Estado no Amazonas está buscando uma nova inserção junto aos povos indígenas do Estado, assumindo a frente, mantendo a relação de tutela, mas renovando o discurso. Na prática, o que pude observar da forma de atuação da FEPI é extremamente autoritária, centralizadora, seja na elaboração da agenda, em que não há discussão das agendas de debates que a FEPI promove, seja na formulação de proposições, que são definidas previamente aos encontros. A imposição se dá na instância da elaboração das propostas e na formulação de soluções, o que caracteriza uma relação altamente reguladora e pouco participativa, ainda que os temas que trata sempre toquem na agenda corrente do movimento indígena. Sua agenda está pautada na educação indígena, universidade indígena, do etnodesenvolvimento e na maior aproximação do movimento indígena com o estado, já que critica frontalmente a atuação da cooperação internacional e do PDPI. Fala-me de algumas parcerias, como a que fez com o INPA, falou sobre a Conferência de Pajés, e afirma que é uma pessoa de realização, e que faz parcerias com quem tiver interesse e recursos. Após cerca de uma hora de conversa, me convida para almoçar. Num restaurante “self-service”,

conversamos ainda sobre suas expectativas em relação a conferência de pajés, sobre a universidade do estado do Amazonas e sobre o evento que estava marcando para 5 dias depois, o qual demonstrei interesse em participar. Ele então me convida para falar sobre a minha pesquisa, como uma forma de me inserir no evento. Fico de dar uma resposta em breve. Dias depois, recebo uma ligação de Amarildo, da FEPI, para saber da participação e concordo em participar. A reunião foi dia 06/08, terça-feira, e durou o dia inteiro, das 9 hs até às 19hs, com intervalo de 3 horas para o almoço. Não havia muitos participantes, cerca de 15 ou 20 no máximo e muitos - mais de 5, eram ligados diretamente à FEPI.

f) Azelene Kaingang - liderança indígena - dia 27/07/02

O contato com a Azelene foi de certa forma casual. Conversando com alguns amigos de Manaus, na casa em que fiquei, perguntei se tinham conhecimento de alguém da FUNAI ou que trabalhasse com indígenas e indicaram que falasse com Leonora, uma mulher que tinha larga experiência dentro da FUNAI e que estava atualmente no IBAMA. Tentei marcar um encontro com Leonora, depois de explicar o propósito da pesquisa, mas ela estava muito ocupada e ficou de retornar quando pudesse. No sábado, 27, às 7:30 da manhã, Leonora liga dizendo que fosse encontrar com ela em sua casa, imediatamente, pois Azelene, que estava lá, iria viajar de volta a Brasília naquele dia. Não esperava este encontro, até porque tentei falar com ela em Brasília, na FUNAI, mas não consegui encontrá-la. Então, parti para o encontro, sem ter perguntas preparadas. Chego a casa de Leonora, uma casa simples e não a encontro, mas seus filhos, que assistiam televisão, me dizem para entrar que Azelene estava me esperando no quarto. Sentamos no chão, sobre um colchão e conversamos longamente, em uma conversa descontraída, mas em que ela todo o tempo coloca sua posição. Ela é kaingang, do Rio Grande do Sul e deve ter uns 40, 43 anos, de pele muito clara. É socióloga.

Ainda que funcionária da FUNAI, não se apresenta desta forma, mas se coloca sempre como figura destacada, porque mulher, dentro do movimento indígena, que deseja maior articulação com os “parentes” e que vê no movimento indígena da Amazônia uma força muito importante na dinâmica do movimento indígena no Brasil.

Ela é muito bem articulada como governo e principalmente com o Ministério de Relações Exteriores, onde falaram muito bem dela. Citou vários encontros internacionais em que representou o movimento indígena brasileiro e também os documentos da ONU e OEA.

Seu discurso está afinado com os princípios do movimento social mundial contra a globalização, e da própria ONU, no que diz respeito às minorias - negros indígenas e mulheres. Nesse aspecto, ela se enquadra duplamente, como liderança indígena e como mulher, o que assume uma força ainda maior, na medida em que ela ressalta o fato de ser uma das poucas mulheres que atuam no movimento indígena, predominantemente masculino (minoridade entre minorias). Diz que o espaço político do movimento indígena no Brasil é território de domínio exclusivo dos homens, e sua posição é uma conquista que se orgulha muito.

Domina o que se está discutindo nos fóruns internacionais e no governo brasileiro em termos de políticas públicas para povos indígenas e tem uma posição firme a respeito dos caminhos do movimento indígena. Diz que, diferentemente do que muitos índios falam, o discurso estratégico é o discurso do diferente e não o discurso dos pobres e excluídos, correndo o risco de nivelar com os pobres não-índios. Não quer que se trate da mesma forma. Está o tempo todo marcando as fronteiras.

“Necessidade de regulamentação da Constituição Federal para o reconhecimento dos povos indígenas como diferentes e não incapazes”

Sua argumentação se pauta sobre a necessidade de maior capacitação das lideranças indígenas no que diz respeito ao conhecimento de seus direitos e da legislação nacional e internacional para povos indígenas como uma forma de garantirem maior autonomia e visão sobre as estratégias de negociação junto aos núcleos de poder, já que o movimento indígena enfrenta muitas resistências. Nesse sentido, fala da FUNAI como uma estrutura sem função, mas que ainda absorve muitos recursos do governo e, pela falta de transparência e falta de controle social, não se sabe para onde vai o dinheiro.

Segunda ela, a participação em fóruns internacionais por indígenas pode ser um fator que pode impulsionar mudanças internas. Ela fala do termo “povos indígenas” que o governo brasileiro tinha grande resistência em adotar, com receio, em função do direito internacional, de que isso pudesse abrir um precedente para constituição de estados independentes e ameaçar a soberania; para ela, os indígenas do Brasil não pretendem se separar, eles têm outro entendimento do que seja a

noção de “povos” O governo brasileiro adota com a ressalva de não ter o mesmo significado do direito internacional e isso viabilizou a ratificação da 169. Essa foi uma mudança que veio com a participação em Fóruns Internacionais. O Fórum Permanente da ONU, que tem 8 representantes indígenas e 8 representantes de governo é muito importante, foi uma conquista do movimento indígena internacional de conseguir participar de uma estrutura como a ONU. A grande bandeira do movimento indígena internacional é a livre determinação dos povos indígenas, inclusive com a constituição de estados independentes e isso parece para ela excessivo, porque no Brasil ainda não se conseguiu direitos básicos, atenção à saúde, educação diferenciada e acha que isso deve ser prioridade e elaborado pelos próprios indígenas e não pelos não-indígenas. Tem que se compreender o que é livre determinação, e definir como alcançá-la para depois ver se interessa.

g) COIAB - lideranças indígenas

Busquei então a COIAB, que apesar de estar passando por um momento delicado de suspensão temporária das atividades regulares em função de uma auditoria externa para o contrato de parceria com a FUNASA, foi um espaço em que pude obter algumas informações importantes a respeito da visão de algumas lideranças indígenas sobre os processos que estão ocorrendo e sobre o que eles entendem por participação indígena.

A COIAB¹² tem sido há mais de 10 anos uma referência para as entidades governamentais e não-governamentais e para as próprias organizações indígenas enquanto instância legítima de representação do movimento indígena na Amazônia. Recentemente, no entanto, a COIAB vem passando por um processo de intervenção, em que foram suspensas as atividades da coordenação que havia, por iniciativa das próprias lideranças indígenas que faziam parte do conselho da COIAB.

Toda essa situação, por um lado, dificultou um aspecto da pesquisa, porque não havia “condições de normalidade”, mas sim uma situação de “CPI”, de poucas conversas. O clima estava extremamente tenso e de muito trabalho. Por outro lado, no entanto, esta situação de instabilidade e de mudanças contribuía para expor um outro lado que diz respeito aos interesses e ambições dos grupos que vêem uma oportunidade de assumir posições de poder e de projeção política tanto internamente quanto junto aos financiadores externos. Nesse sentido, este foi um contexto extremamente rico para pesquisa. Escutei diversos nomes de lideranças que estavam sendo

cogitadas para assumir a próxima coordenação, citados tanto por lideranças indígenas quanto por agências de cooperação internacional.

O processo de intervenção já tem duração de cerca de dois meses e foi descrito por algumas (mas não só) lideranças indígenas como um golpe certeiro na credibilidade e legitimidade da COIAB frente a doadores internacionais que dão suporte ao movimento indígena da Amazônia. No entanto, pude notar que a força da representatividade da COIAB no âmbito do movimento indígena no Brasil tem um significado político altamente visado por outras organizações indígenas e indigenistas que aspiram por assumir esta posição da COIAB e que para isso, reproduzem o discurso de descrédito na COIAB.

Apesar desta situação de incertezas e instabilidade, insisto em entrevistar o pessoal que está hoje coordenando o processo de transição na COIAB. Falo inicialmente com Paulino Motejo, que é o assessor de imprensa da COIAB, contato obtido através da Ivânia do PDPI. Descobri que o contato com os assessores de imprensa das instituições é um ótimo canal de entrada e de abertura de contatos novos, porque eles têm telefones e endereços de todo mundo e, além disso, fazem uma boa síntese de quem é quem. Então fui a primeira vez a COIAB falar diretamente com o Paulino, também interessada na sua história pessoal de trabalho no movimento indígena e revolucionário da Guatemala e México. Ele trabalhou no CIMI quando chegou no Brasil em 1987, onde ficou até 1997. Volta à Guatemala, de onde saiu por motivos políticos, e seu retorno está vinculado ao processo de redemocratização do país, quando há eleições e indicam seu nome para deputado, afastado após 12 anos. Fica um tempo lá, mas retorna ao Brasil, onde tinha deixado filhos. Posteriormente, vem para Manaus, onde vem a trabalhar na Coiab em maio de 2001 e está até hoje. Além disso, ele atua junto à rede latino-americana de movimentos sociais e comunicação, (ALAI) e tem vínculos com a COICA, através da COIAB. Havia elaborado algumas perguntas para Paulino, mas no primeiro encontro ele evita falar sobre o que está acontecendo na COIAB e fala de macro-processos e da questão indígena na América Latina em geral. Retorno para continuar a entrevista, e ele então me indica que falasse com o Domingos, que é o responsável pela coordenação da comissão externa que está investigando a COIAB em função do acordo junto com a FUNASA que ficará em vigor por três meses. Domingos Barreto vem da ATRIART, do Alto Rio Negro, e faz parte da atual diretoria da FOIRN, tendo entrado no início deste ano. Sua rotina é completamente

¹² A COIAB foi criada em 1989 e que conta com 75 organizações indígenas em sua base política.

estafante, estressante, burocratizada, ocidentalizada. O Domingos é um ex-seminarista que estudou com os padres salesianos e é professor indígena na região do Rio Tiquié. Tem cerca de 40 anos e assumiu uma responsabilidade que considerava muito grande e a qual estava se sentindo muito pressionado. Tivemos que fazer a entrevista em vários dias, por insistência minha, já que ele não respondia às perguntas, porque dizia ter que estudá-las. Gostou de algumas perguntas, marcando para sua própria reflexão, especificamente a pergunta relativa a independência do movimento em relação ao Estado e outra pergunta relativa aos custos da cooperação internacional. Seu discurso é muito pautado na questão da independência do movimento indígena, que não precisa de intermediários. Fala que faz uma crítica inclusive ao ISA, mas não mostra a carta em que diz isso, diz que não encontra.

IX. AVALIAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO E PERSPECTIVAS

São várias as possibilidades de abordagem do tema que estou trabalhando, tão amplas quanto a rede de relações, de atores, de temas e de estratégias envolvidos.

Algumas questões iniciais demandam nesta etapa inicial esse procedimento, tais como: quais são os atores que estão atuando e como representam suas políticas ou estratégias, quais são seus recursos e meios para implementação de programas e projetos destinados a Amazônia, mais especificamente no que se refere à garantia de regularização de terras indígenas e de proteção da floresta, redução dos impactos e fatores de degradação ambiental sobre a floresta.

Para uma análise antropológica das relações de cooperação internacional, faz-se necessário entendê-las enquanto um campo de relações políticas dinâmicas que envolvem múltiplos interesses, estratégias e recursos, de acordo com os atores envolvidos e os contextos temporais específicos, tanto de definições macro quanto micro.

Em uma crítica direta às abordagens sistêmicas comuns à área de relações internacionais, prioriza-se o enfoque sobre uma “sociologia ou antropologia do desenvolvimento”, no sentido de contextualizar as dinâmicas específicas de respostas locais a processos de larga escala e de definir as categorias no seu processo de produção e reprodução

Há uma tendência, principalmente no campo das relações internacionais, de se atribuir uma certa lógica harmônica nas relações de cooperação no sistema internacional, na medida em que essas relações supõem interesses comuns e uma crescente interdependência entre os Estados. No entanto, na medida em que essas relações encerram assimetrias de poder, é válido pensá-las enquanto um campo de disputa de interesses mais do que de harmonização de interesses, na medida em que cada ator envolvido joga com seus recursos de poder e não abre mão de seus próprios interesses, ainda que esteja em parte lidando com compromissos assumidos em comum. Considerando que as relações de cooperação acima citadas se constituem enquanto uma arena de política pública¹³, o desafio que se estabelece neste tipo de análise se dá através da tentativa da caracterização de uma “configuração”¹⁴ ou “articulação de relações sociais” entre os atores, que

¹³ Okongwu, A.F. e Mencher, J. 2000, A.R.A. pg.110

¹⁴ Elias, N. Qu'est ce que est la sociologie?

estabelece ligações entre processos em escala global e processos políticos nos diferentes níveis da administração pública (nacional e local).

Assim, as abordagens da perspectiva relacional de poder revelam-se bastante úteis, na medida em que nas relações de cooperação estão em jogo relações de poder em escalas temporais e espaciais múltiplas¹⁵, que irão operar nas relações sociais cotidianas no âmbito de determinados **projetos** com prazos e metas bem específicas e particulares.

E são os contextos particulares dos **projetos**, historicamente caracterizados, que permitem a leitura e análise de processos mais amplos definidos em termos de macroestruturas de poder, através de uma articulação de redes e fluxos de saberes e conhecimentos através de figuras particulares: os **peritos**.

A redefinição de modalidades de fluxos e responsabilidades transnacionais leva a redefinição de metas, prioridade e princípios dos programas de cooperação internacional. Isso pode ser analisado a partir dos projetos recentes desenvolvidos para a região de floresta amazônica, que se pautam sobre diretrizes gerais relacionadas a uma noção de responsabilidade global sobre o desenvolvimento sustentável, particularmente a questão do clima e da biodiversidade, incorporando a temática da participação das populações indígenas nos discursos e planejamentos de projetos que se dirigem à região.

Respostas locais ao surgimento e articulação de organizações não governamentais se caracterizam enquanto experiências inovadoras no campo da articulação de lideranças indígenas através de **organizações indígenas** ou federações de organizações em âmbito regional (COIAB, FOIRN e CGTT, por exemplo) para gestão direta de recursos e terras, inclusive no processo de demarcação e vigilância.

Para compreender o papel e as estratégias de cada um desses atores, a contribuição do trabalho de Fredrik Barth, que tem o enfoque sobre os processos sociais como sendo construídos partir das relações entre diferenças de organização social, pode ser interessante, bem como a perspectiva da análise de escalas de Jacques Ravel.

Antropologia do Desenvolvimento e Antropologia Política - a literatura nesta área tem sido muito útil para esclarecer alguns aspectos envolvidos na relação de cooperação que têm implicações políticas.

1. A COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ

A cooperação internacional é elemento fundamental para compreender toda uma lógica de atuação sobre determinados contextos locais. Sendo assim, a análise dos atores e de suas práticas assume nesta primeira fase da pesquisa, um papel preponderante enquanto elemento a ser conhecido e sistematizado, principalmente no caso da cooperação alemã, que além do fato de ser praticamente inexistente qualquer análise sobre sua participação em programas de cunho ambientalista e indigenista no Brasil, particularmente no caso do PPG-7 podemos observar uma significativa atuação alemã, que se dá em duas frentes: no campo da cooperação financeira, sendo o maior doador de todo o conjunto de projetos do PPG-7, e especificamente dos projetos dirigidos a terras e populações indígenas; e também na cooperação técnica, através dos peritos de longo prazo, presentes em todos os projetos em que a Alemanha tem participação financeira.

Assim, a cooperação técnica alemã, através da atuação dos peritos, dos manuais, dos planejamentos e estratégias de atuação em projetos, é um veículo fundamental de interferência e intermediação de relações de poder. As estratégias observadas em campo de denegar essas relações de poder através de mecanismos de defesa pela auto-definição enquanto de relações burocráticas práticas de administração e gestão de projetos, só vêm trazer mais elementos para uma abordagem focalizada nas *relações dentro dos projetos*, a partir da observação participante de seus contextos específicos.

Este é o elemento fundamental de estudo da minha pesquisa, na medida em que são essas relações que engendram toda uma rede de ações cotidianas de poder entre os gestores dos projetos e que define e redefine papéis sociais e institucionais envolvidos na administração de espaços e populações nacionais.

2. OS PROJETOS

A questão central aqui diz respeito às formas de relação entre agências internacionais e órgãos do governo federal, genericamente definidas como “relações de cooperação internacional” em que o veículo ou “locus” central dessas relações se dá na forma de **projetos**. Os projetos, ao definirem equipes, pessoal, funções especializadas, prazos e disponibilidade restrita de recursos,

¹⁵ Hannerz, Ulf. Fluxos....Mana

organiza e articula os diferentes atores em jogo numa relação que se entende por cooperação. E os projetos serão pontos de partida da pesquisa, ainda tomados no cômputo geral de legendas organizadoras (PPTAL e PDPI), e não projetos específicos de aplicação direta (ou sub-projetos, como são algumas vezes citados). Neste caso, interessa-me verificar as relações de cooperação direcionadas à temática indígena, no sentido de perguntar como os indígenas são apropriados e pensados através dos projetos - seja como parte do ambiente, incluídos em políticas de desenvolvimento sustentável e manejo florestal, seja como pobres os quais deve-se promover políticas de desenvolvimento e de erradicação da pobreza.

Assim, a partir da escolha temática e da unidade de análise - projetos de cooperação internacional para povos indígenas atuais - e a partir da delimitação temporal e institucional dos projetos do PPG-7, os projetos indicados são o PPTAL e PDPI. Partindo então dos projetos, a próxima questão que surge é buscar fazer um levantamento de quais os atores que estão envolvidos nos projetos.

3. OS PERITOS

Essas instâncias de decisão e atores de negociação e articulação política partilham de mesmas categorias e buscou-se identificar nos discursos falados, nas publicações e na observação das práticas institucionais, quais eram as categorias socialmente relevantes para definir estratégias e políticas de ação para populações indígenas. Algumas das categorias que se repetiram nestas três instâncias foram: capacitação, participação, gestão, planejamento, eficiência e transparência.

Neste caso, a atuação das agências do governo alemão é muito intensa. Despertou interesse, na medida em que tem o caráter de uma ação de governo, já que as agências são órgãos do Ministério alemão BMZ, e que há a presença constante de um **perito**¹⁶.

Os peritos (estrangeiros), são o fator de dinâmica e mudança social e institucional, na medida em que são eles que detêm o conhecimento da forma de gestão, de execução de projetos. Além de serem portadores do conhecimento gerencial do funcionamento dos projetos, em alguns casos são também antropólogos, especialmente no caso de programas para povos indígenas. O

¹⁶ Experimentado, experiente, prático, versátil; Sábio, douto, erudito, sabedor; Hável, destro, fino, sagaz; Aquele que é sabedor ou especialista em determinado assunto; experto; Aquele que se acha habilitado para fazer perícia (3); Aquele que é nomeado judicialmente para exame ou vistoria.

reconhecimento de terem o domínio do conhecimento, garante aos peritos estrangeiros a legitimidade e autoridade de decisão, fundamental no processo de transformação.

Ainda que os peritos sejam distintos de um projeto para outro, em função de atributos particulares de personalidade, valores ou ideais, na forma de se auto-representarem, há uma concepção geral sobre o que faz e o que representa um perito alemão. Assim, a figura do perito é, portanto, no plano mais geral de análise de um projeto, um elemento central da pesquisa, a figura que “incorpora uma tradição de saber”, que tem autoridade e legitimidade de atuação, que é ouvido e respeitado, ou seja, uma figura de poder, central para a análise de relações de poder no contexto do projeto.

A lógica da tutela incorporada na perspectiva do estrangeiro? no que diz respeito ao planejamento e decisão? Sim, na medida em que eles estão aqui para ensinar, para capacitar. Função carregada de carga moral, missionária. O discurso traz a participação, mas na prática, a forma de atuação é muito dogmática, e atua no sentido de disciplinar.

Alguns pontos ainda falta tratar como:

qual a representação e status da floresta//questão indígena para os alemães, qual a visão da antropologia aplicada através do germanismo dos planejamentos e elaboração de projetos

o idealismo e o romantismo dos peritos em relação a Amzônia - a floresta e os índios

quem entrevistei - GTZ, KfW e ABC

documentos da GTZ para povos indígenas

NFP - National Forest Programs - ver relatório do encontro de Puenbo em Equador, onde a Alemanha é um dos organizadores

4. AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

No que concerne ao estudo que estou fazendo, observa-se que a concepção de desenvolvimento para povos indígenas passa pela regularização fundiária (PPTAL), mas não se basta nisso, sendo assim o PDPI vem atender a esta continuidade através da definição de três linhas a partir das quais pretende-se promover o etnodesenvolvimento. São as seguintes vertentes: atividades econômicas sustentáveis, vigilância das terras e valorização cultural.

São então esses 4 pontos que podem ser pensados como sendo as estratégias que foram definidas como etnodesenvolvimento no âmbito do PPG-7.

1) Regularização Fundiária; 2) Atividades Econômicas Sustentáveis; 3) Vigilância das terras; 4) Valorização Cultural

Estas metas devem ser implementadas através da execução de projetos. Os projetos são a estrutura básica que inicia as ações de intervenção - seja no plano de elaboração, seja na execução. No que diz respeito a elaboração, não se vê participação indígena. Os prazos e os recursos são limitados e são definidos pelos doadores. No PPTAL a entrada de recursos vem por parte do RFT (Banco Mundial, especificamente para item “gerenciamento”), governo brasileiro (especificamente para indenização de famílias retiradas das terras indígenas demarcadas), sendo todo o restante de responsabilidade do KfW. A presença do perito alemão, ainda que da GTZ, portanto, é estratégica para controlar a gestão dos recursos que vem do país de origem. No PPTAL, a Comissão Paritária Deliberativa parece mais instrumento de enfeite do que realmente executar medidas e intervenções importantes. No caso do PDPI, isso muda um pouco, na medida em que a Comissão Executiva, formada por 4 indígenas e 4 representantes do governo, decidem sobre os projetos de grande porte. No que diz respeito à execução, aí sim, tanto no caso do PPTAL quanto do PDPI há participação indígena, principalmente no acompanhamento das demarcações.

Os efeitos “amortecidos” em escala local

As relações entre PDPI, COIAB, FEPI, INPA, UA, SEMA (IPAAM)

Alguns pontos que não sei exatamente onde tratar, mas registro aqui, referentes às Reformas de Estado:

a questão da descentralização das políticas para povos indígenas no contexto de reformas neoliberais do Estado brasileiro

a) os projetos como estratégia de fôlego para instituições “falidas” -

o PPTAL enquanto projeto que utilizou financiamento e cooperação técnica internacional no sentido de gerar políticas efetivas de regularização de terras

a contratação de consultores por tempo determinado, através de organizações internacionais multilaterais como o PNUD e UNESCO, como forma de contratação de pessoal para o serviço público sem estabilidade - efeitos na falta de formação e continuidade de políticas das instituições públicas.

O projetismo para dentro do Estado

b) Indigenismo Internacionalizado

As articulações do Estado brasileiro: o MRE - DDH e a secretaria de DDHH

OIT 169 ratificada pelo Brasil

As articulações não governamentais e as formas de as organizações indígenas sobreviverem na perda da tutela e frente a crise internacional de financiamento.

O esforço de fortalecimento institucional no sentido de se adequar (muitas vezes esta noção é entendida como “capacitar”) para receber recursos.

X. Material Bibliográfico Coletado no campo, segundo as Instituições

I. PPG-7 (MMA)

PPG7 - Annual Progress Report 1999-2000. MMA/SCA -The World Bank, Brasília, agosto de 2000.

I.1 . PPTAL (FUNAI)

1. Projeto do PPTAL, 1994
2. FUNAI/PPTAL.(1998) Relatório Avaliação de Meio Termo. Texto Preliminar, de Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, de 05/10/1998.
3. FUNAI/PPTAL.(1999) Relatório Anual de 1998.
4. FUNAI/PPTAL.(2000) Relatório Anual de 1999.
5. FUNAI/PPTAL.(2001) Relatório Anual de 2000.
6. FUNAI/PPTAL.(2001) Relatório Anual de 2000.
7. FUNAI/PPTAL/GTZ (1999) Demarcando Terras Indígenas; Experiências e Desafios de Um Projeto em Parceria. Kasburg, C. e Gramkow (org.)
8. FUNAI/PPTAL/GTZ (1999) Demarcando Terras Indígenas 2; Experiências e Desafios de Um Projeto em Parceria. Kasburg, C. e Gramkow (org.)
9. Relatórios de Viagem da Secretaria Técnica do PPTAL - Total de 51 relatórios do pessoal da equipe técnica do PPTAL às áreas em processo de demarcação e regularização, revelando os contextos específicos do campo, junto às populações e lideranças indígenas de cada uma das terras que foram objeto de intervenção por parte do PPTAL entre 1997 e 2002. Há relatórios também de consultores contratados que não fazem parte do PPTAL e também da equipe da GTZ.
10. POA - Planejamento Operativo Anual 2002
11. Ajudas-Memória das Comissões de Doadores e Comissão Brasileira
12. Reuniões da Comissão Paritária Consultiva e Comissão Paritária Deliberativa (há somente na FUNAI-PPTAL, mas não consegui tirar cópia) - 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 9^a, 10^a.
13. “Procedimentos para Identificação de Terras Indígenas - Manual do Antropólogo-Coordenador” proposta 1^a. versão de 10/10/1997.

14. Schröder, Peter. Economia Indígena - Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de comercialização na Amazônia Legal, Consultoria PPTAL/GTZ, julho de 2000.

I.2. PROJETOS DEMONSTRATIVOS (MMA): PDA E PDPI

I.2.1. PDA

1. PDA Informa - Boletim bimestral, no. 09, ano 04, maio-junho de 2001. PPG7/MMA
2. PDA 5 anos -

I.2.2. PDPI

1. DFID - Projeto PDPI, versão 08/11/2001
2. Little, P. Rumo ao PD/I: Análise Comparativa e Prospectiva dos Subprojetos Indígenas do PD/A, consultoria ao Banco Mundial, Brasília, outubro de 1998.
3. Almeida, Fábio Vaz e Cavuscens, Silvio. (2001/2002) A Atuação da sociedade civil organizada nos subprogramas do PPG-7: Uma nova perspectiva com a Participação indígena no PDPI.
4. Baniwa, G. e Assis, S. Participação Indígena na Preparação e Implementação do PPTAL e PDPI no Brasil. “Colóquio-Taller GTZ: Cooperación com Pueblos Indígenas en America Latina”, Boquete, Panamá, Abril de 2002.
5. Carta da Secretaria da COIAB ao secretário técnico do PDA, Vigold Schofer, de 28/07/2000 com propostas para as oficinas do PDPI.
6. PDPI - Análise Inicial dos Sub-Projetos e Pareceres, analisados até 24/05/2002.
7. Relatório de Consultoria: “Oficina de Avaliação e Inauguração dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI)”, Consultoria Moraes e D’Alessandro Planejamento e Capacitação, Manaus, AM, 15 de agosto de 2001.
8. Relatório de Oficina de Capacitação em Elaboração de Projeto para População Indígena, em Maloca Malacacheta, RO, 24/28 de novembro de 1997, instrutoras Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange e Maria Odília Andrade Ribeiro de Oliveira.
9. Relatório da 1ª. Oficina de Treinamento no Projeto Demonstrativo de Populações Indígenas - PDPI, em Manaus/AM, 25/28 de julho de 2000.

10. Relatório da 3ª. Oficina de Treinamento no Projeto Demonstrativo de Populações Indígenas - PDPI, em Benjamim Constant/AM, 14/18 de agosto de 2000.

11. Relatório da 4ª. Oficina de Treinamento no Projeto Demonstrativo de Populações Indígenas - PDPI, em São Gabriel da Cachoeira/AM, 21/25 de agosto de 2000.

12. Relatório da 5ª. Oficina de Treinamento no Projeto Demonstrativo de Populações Indígenas - PDPI, em Lábrea/AM, 18/22 de setembro de 2000.

13. Relatório da 8ª. Oficina de Treinamento no Projeto Demonstrativo de Populações Indígenas - PDPI, em Macapá/AP, 16/19 de janeiro de 2001.

14. Relatório da 9ª. Oficina de Treinamento no Projeto Demonstrativo de Populações Indígenas - PDPI, em Barra das Garças/MT, 23/26 de janeiro de 2001.

15. Projeto Aprovado pelo PDPI N° 07 - Projeto Centro Educacional Cultural Tariano, da Associação Indígena da Língua e Cultura Tariana do Distrito de Iauaretê, São Gabriel da Cachoeira, AM. (1)

Iniciando em abril-junho de 2002, com duração de 24 meses e custo de R\$53.403,00.

16. Projeto Aprovado pelo PDPI N° 08 - Projeto de Capacitação das Comunidades para Fiscalização das Terras Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI) - AM Duração: 2 anos Financiamento solicitado: R\$ 50.497,19 (2)

17. Projeto Aprovado pelo PDPI N° 21 - Projeto Agroambiental Suruí-Sororó, da Associação Indígena do Povo Aikewara do Sororó, de São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá, PA. (3)

Iniciando em abril-junho de 2002, com duração de 20 meses e custo de R\$220.773,30.

18. Projeto Aprovado pelo PDPI N° 34 - Projeto de Piscicultura do Alto Rio Tiquié, Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (ATRIART), de várias comunidades do Rio Tiquié/Rio Negro, com base em São Gabriel da Cachoeira, AM. (4)

Iniciando em abril-junho de 2002, com duração de 36 meses e custo de R\$272.313,00.

19. Projeto Aprovado pelo PDPI N° 56 - As mulheres Tikuna tecem sua história com a matéria-prima, Associação das Mulheres Indígenas Tikuna, em Benjamim Constant, AM. (5)

Iniciando em agosto de 2002, com duração de 18 meses e custo de R\$49.448,00.

20. Projeto Aprovado pelo PDPI N^o. Melhoria Alimentar, Resgate Cultural e Comercialização de Produtos Yanomami, da Associação, Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami – Secoya, no Amazonas. (6)

Iniciando em abril-junho de 2002, com duração de 36 meses e custo de R\$ 238.410,75

(NÃO TENHO ESTE PROJETO)

21. Projeto Aprovado pelo PDPI N^o. Atividades Econômicas Sustentáveis - Povo Kanamari (7), da Comunidade Kanamari do Rio Juruá (7) no Amazonas. (7)

Iniciando em abril-junho de 2002, com duração de 36 meses e custo de:

R\$ 191.400,09

22. Projeto Aprovado pelo PDPI N^o. Atividades Econômicas Sustentáveis - Povo Kulina, da Comunidade Kulina do Médio Juruá, (8) no Amazonas

Iniciando em abril-junho de 2002, com duração de 36 meses e custo de:

R\$ 202.724,70

23. Projeto Aprovado pelo PDPI N^o. Fortalecimento Institucional da Coiab e Acompanhamento do PDPI, da COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Não há apresentação de custo deste projeto e tem duração prevista de 36 meses (9)

24. Projeto REprovado pelo PDPI N^o. 10 e 12 Projeto URUKUTIGUHU - Conservação Ambiental das Terras do Povo Parintintin

da Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas, OPIPAM, de Humaitá, AM, com duração prevista de 10 meses, custo total de: R\$ 289.300,00

O projeto foi avaliado por 3 pareceristas do GAP (Grupo de Apoio a Projetos, formado por consultores especializados) em função de haver conflito na avaliação dos dois primeiros: um dos pareceres aprova com nota 7,1 e outro reprova com nota 3,5. O terceiro parecer também aprova o projeto com nota 7,03, o que seria suficiente para que o projeto entrasse na lista dos aprovados. No entanto, como este projeto tem um custo previsto acima de R\$45.000,00, ele passa pela avaliação do Comitê Executivo, composto por 4 indígenas e 4 representantes do governo (IBAMA, MMA, FUNAI E BB). No Comitê Executivo o projeto foi reprovado.

25. Projeto REprovado pelo PDPI N^o: 11 Projeto INANBUTIN´GA - Buscando o Desenvolvimento Sustentável, da Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas, OPIPAM, de Humaitá, AM, com duração prevista de 12 meses, custo total de: R\$ 228.993,55.

O projeto foi avaliado por 3 pareceristas do GAP (Grupo de Apoio a Projetos, formado por consultores especializados) em função de haver conflito na avaliação dos dois primeiros: um dos pareceres aprova com nota 10,0 e outro reprova com nota 3,48. O terceiro parecer também aprova o projeto com nota 7,0, o que seria suficiente para que o projeto entrasse na lista dos aprovados.

No entanto, como este projeto tem um custo previsto acima de R\$45.000,00, ele passa pela avaliação do Comitê Executivo, onde o projeto foi reprovado.

26. Projeto REprovado pelo PDPI N^o: 20 Projeto CATXÊKWYJ - Vivência Agroambiental, da União das Aldeias Krahô de Itacajá, TO, com duração prevista de 36 meses, custo total de: R\$ 321.197,62.

O projeto foi avaliado por 3 pareceristas do GAP (Grupo de Apoio a Projetos, formado por consultores especializados) em função de haver conflito na avaliação dos dois primeiros: um dos pareceres aprova com nota 7,0 e outro reprova com nota 5,04. O terceiro parecer não consta entre os documentos copiados.

Mas de qualquer forma, como este projeto tem um custo previsto acima de R\$45.000,00, ele passa pela avaliação do Comitê Executivo.

29. Projeto REprovado pelo PDPI N^o: 32 Projeto de Manejo e Fiscalização do Lago Grande Camantiã da Área Tikuna, da Federação das Organizações Comunidades e Caciques da Tribo Ticuna (FOCCITT), de Benjamim Constant, AM, com duração prevista de 30 meses, custo total de: R\$ 204.882,50.

O projeto foi avaliado por 2 pareceristas do GAP (Grupo de Apoio a Projetos, formado por consultores especializados): um dos pareceres reprova com nota 4,6 e outro reprova com nota 5,0.

IV. A “COOPERAÇÃO INTERNACIONAL”

IV.1. OS ALEMÃES: GTZ E KfW

KfW - Annual Report 2001 (KfW)

KfW - Annual Report 1999 (KfW)

KfW - Environmental Report 2000 (KfW)

KfW - Results of Financial Cooperation - Fifth Evaluation Report on Projects and Programmes Promoted in Developing Countries, october/1999. (KfW)

KfW - Harries, Heinrich. (1998) Financing the Future - KfW the German Bank with a Public Mission - 1948-1998. (KfW, com Dietman)

KfW - Cooperacion con paises en desarrollo - explicacion del procedimiento de la cooperacion financiera de la Republica Federal de Alemania, nov.1997. (KfW)

GTZ - The Message of Puembo, fev.2002 (PDPI)

GTZ - Trusen, C. e Pinheiro, M.R.B. (org.) Planejando o Desenvolvimento Rural - Conceitos, Metodologias e Experiências. PRORENDARURAL, 2002.

GTZ - Kruger, Hans. "Zoneamento Participativo", em Planejando o Desenvolvimento Rural - Conceitos, Metodologias e Experiências. PRORENDARURAL, 2002. (GTZ)

GTZ - Futuro Floresta Tropical. A cooperação alemã com o PPG-7. Folder de comunicação da GTZ sem data de publicação. GTZ (GTZ)

GTZ - Consultora Competente a nivel mundial para la cooperacion al desarrollo Folder de comunicação da GTZ sem data de publicação. GTZ. (GTZ)

GTZ - Recomendaciones de Boquete. São treze recomendações elaboradas no Panamá em reunião de 38 representantes de organizações indígenas, instituições estatais, especialistas e pessoal da GTZ que representam 19 projetos em 9 países da América Latina. (Sondra)

Embaixada da República Federal da Alemanha - Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Alemanha Folder de comunicação sem data de publicação. Embaixada/GTZ/KfW/DED. (GTZ)

Embaixada da República Federal da Alemanha - Cooperação Técnica e Financeira Boletim de informação sobre meio ambiente, combate à pobreza, pequenas e médias empresas e PPG-7. Sem data de publicação. Embaixada/GTZ/KfW/DED. (IRI-PUC/RJ)

BMZ - Concepto relativo a la Cooperación para el Desarrollo com Poblaciones Indígenas em America Latina. Em BMZ Aktuell, no. 73, Novembro de 1996. (Sondra-PDPI)

Heindrichs, Thomas e Schreckenber, Kathrin. The EU Tropical Forestry Sourcebook - Federal Republic of Germany pg. 204-224. ODI - Overseas Development Institute, London, 1998. (acervo da COIAB)

Projektgruppe Ökologie und Entwicklung (Hrsg./org.): Markus Brose, Clarita Müller-Plantenberg, Eije Pabst, Heinrich Seul. Amazonien - eine indianische Kulturlandschaft. Kassel, 1988. (acervo particular de Thomas Fathauer)

Münzel, Mark (Hg./org.). Die Indianische Verweigerung - Lateinamerikas ureinwohner zwischen Ausrottung und Selbstbestimmung. Howohlt, Hamburg, Maio de 1978. (acervo particular de Thomas Fathauer)

Hagemann, Helmut. Not out of the wood yet - the scope of the G-7 initiative for a Pilot Program for conservation of the Brazilian Rainforests. Saarbrücken:Verl. F6ur Entwicklungspolitik Breitenbach, (Forschungen zu Lateinamerika, Kassel, Gesamthochsch, diss.) 1994.

V. AS ONGS

V.1. ISA (falta listar)

V.2. INESC

Souza, Helcio M. de. Reforma de Estado e Política Pública de Etnodesenvolvimento na Década de 90. Tese de Mestrado, UnB, 2001.

VI. INPA

Recebi de Sandra Noda uma publicação periódica do MCT chamado “Parcerias Estratégicas”, de setembro de 2001.

Outro material que consegui no INPA foi um projeto chamado Desenvolvimento Sustentável das Populações Indígenas, que foi elaborado pela Patrícia, assessora da Sandra, mas que é mais uma

proposição de princípios gerais de desenvolvimento sustentável para povos indígenas do que um projeto.

VII. FEPI

Ademir Ramos forneceu vários documentos para o LACED, fitas e relatórios de projetos que não me interessam imediatamente. Fiquei, no entanto, com um Relatório Técnico de “Curso de Gestão de Projetos”, de dezembro de 2001, que é um material que tem objetivo de capacitar lideranças indígenas para elaboração de projetos sustentáveis a partir de demandas apontadas pelas próprias comunidades indígenas. O título do relatório sinaliza para questão da importância da capacitação em gestão de projetos, tema recorrente nos discursos das lideranças indígenas e da cooperação internacional.

VII. Roteiros de Entrevistas

Entrevista Artur Nobre Mendes, data

- 1) Gostaria que você contasse um pouco sobre o processo de implantação do PPTAL qual era o propósito inicialmente e se isso mudou ao longo da execução.
- 2) Qual o balanço que você faz sobre o PPTAL nesta 1ª. fase do PPG7?
- 3) O PPTAL promoveu algum tipo de transformação significativa na operacionalidade e nos propósitos da FUNAI?
- 4) Você acredita que tenha havido uma melhoria técnica – no que diz respeito à metodologia da identificação e demarcação de terras indígenas a partir da cooperação internacional?
- 5) Em outra entrevista concedida ao Antonio (98) você disse que a demarcação direta pela FUNAI é inviável e que a contratação de pessoal externo(terceirização) via licitação é o caminho. Uma questão surge daí, relativa à própria sustentabilidade operacional da FUNAI – pode-se falar em seu esfacelamento? Explique um pouco como se dá o processo de capacitação institucional da FUNAI, no âmbito do PPTAL.
- 6) Como é para a FUNAI, enquanto órgão público, ter que lidar com a intermediação de organismos internacionais?
- 7) Há diferenças significativas entre as formas de operação/funcionamento da cooperação bilateral e multilateral? Refiro-me especificamente à relação FUNAI-PNUD/GTZ.

- 8) A cooperação alemã tem grande participação na questão indígena dentro do PPG7. Você poderia esclarecer alguma coisa a esse respeito?
- 9) Gostaria de entender um pouco como é ter que lidar com as várias **instâncias de conhecimento** em um projeto como o PPTAL – o embate entre conhecimentos – estatais, não governamentais, indígenas e internacionais – (ver Bourdieu) atrapalha muito a implementação dos projetos? Existe em algum momento, aquilo que sempre está se buscando, o CONSENSO?
- 10) A circulação de pessoas nos **espaços de poder e de conhecimento** (expertise) no setor público é funcional ao sistema? Faz parte do funcionamento promover uma dinâmica de trocas para que a balança de poder se mantenha?
- 11) E o conhecimento da população beneficiada, como ele é internalizado nas decisões?
- 12) Comente sobre os problemas e as vantagens da demarcação participativa frente à administrativa, ou tradicional.
- 13) As reuniões das empresas de topografia junto com as lideranças indígenas foram feitas em todas as áreas indígenas?
- 14) Como a FUNAI lida com as associações e organizações indígenas?
- 15) A capacitação indígena é imprescindível para a participação? Os indígenas em geral não sabem participar?
- 16) Como a FUNAI vê a participação das ONGs indigenistas no PPTAL?
- 17) Quem é o melhor capacitador: o Estado? As ONGs? As agências de cooperação internacional?
- 18) O Banco Mundial tem usado muito o termo “etnodesenvolvimento” para populações tradicionais e indígenas. Como ele se aplica ao PPTAL?
- 19) Há alguma relação entre o PPTAL e os PDPIs?
- 20) Muito se fala dos méritos do PPTAL a respeito das demarcações das terras. Mas, gostaria de saber sobre a etapa posterior - “vigilância” - à demarcação que possa garantir proteção das áreas e populações indígenas e conservação dos recursos naturais nestes territórios.
- 21) Gostaria que falasse a respeito das questões de áreas indígenas em fronteiras. Calha Norte.
- 22) Quais são as perspectivas em relação à 2ª. fase do programa, tendo em vista que houve um avanço nas demarcações, quais os próximos passos?

23) Há alguma perspectiva de que as propostas se mantenham. E o pessoal envolvido, com experiência - espera-se que sejam mantidos?

Entrevista com Marcia Gramkow - data

- 1) Como se dá a separação entre as diferentes instâncias da cooperação internacional?
- 2) O que poderia mudar com a transição governamental?
- 3) A coordenação do PPG7 está vinculada às decisões no âmbito do governo federal? seria a CCB a instância de decisão?
(nota: a Comissão de Coordenação Brasileira envolve a participação de outros atores que não diretamente o governo federal, no entanto este tem mais peso, acredito.)
- 4) Qual a situação hoje do MMA em termos de prestígio frente a outros quadros do governo federal?
- 5) No II Encontro do PPG7 no Rio de Janeiro, a Mary Allegretti ressaltou a importância da articulação entre os ministérios - MMA, MCT, M. Des. Agrário, M.Juстиça - em que medida isto pode ser entendido como uma revitalização do MMA ou, ao contrário, um esforço por reverter uma situação de esfacelamento do ministério?
- 6) Qual a lógica dos fluxos financeiros - a questão da distribuição dos recursos dentro do PPG7 como mecanismo de controle e poder.

Entrevista com Juliana Sellani (monitoria) - 16/07/02

1. Fale um pouco sobre a Monitoria no PPTAL
2. Como se dá a contratação dos consultores, antropólogos, no caso da identificação? Há uma relação de pessoas?
3. Fale sobre a relação FUNAI - GTZ através do olhar da monitoria
4. doo minação é primariamente administração da vida cotidiana. Comente.
5. O que você acha da capacitação indígena

Entrevista com Azelene Kaingang - 27/07/02

1. Como você vê a articulação do movimento indígena hoje no Brasil e internacionalmente. Como o Brasil está em relação aos outros países em fóruns internacionais

2. a recente evolução do movimento indígena aponta para uma crescente autonomia em relação ao Estado. Qual seria o papel da FUNAI? O que acha de projetos como o PPTAL? E o PDPI?
3. A maior participação da cooperação técnica estrangeira é um fator positivo ou negativo e em que aspectos? Como você vê essa articulação entre lideranças indígenas-estrangeiros?
4. Comente sobre capacitação, participação em projetos e oficinas e OCIP

Entrevista com Sondra - PDPI (30/07/02)

1. Fale sobre sua experiência de trabalho na GTZ - junto a populações indígenas ou tradicionais
2. conte como foi sua entrada no PDPI?
3. como vc percebe este espaço de articulação do movimento indígena no âmbito do PPG-7
4. Como se dá sua participação aqui dentro - junto à equipe do PDPI - e no que diz respeito a GTZ central?
5. Como funciona o processo dos projetos - oficinas, recebimento dos projetos - GAP, GAPEP, CE?
6. Fale sobre a CE - Paritária. Quem são, como são escolhidos e quanto tempo ficam na função.
7. Como a Cooperação técnica vê o movimento indígena no Brasil? Qual sua especificidade?
8. A crise na COIAB abala a credibilidade no PDPI?
9. Por que se definiu 3 áreas temáticas?

Entrevista Victor Dohms - GTZ central (16/07/02)

2. Desde quando a GTZ atua diretamente em projetos no Brasil e desde quando há uma sede da GTZ no Brasil?
3. As áreas temáticas e regiões prioritárias para a GTZ atuar no Brasil são definidas pela BMZ ou a GTZ tem autonomia
4. Qual a relação entre BMZ e governo alemão
5. Há um relatório que diz que 41 projetos são executados pela BMZ no Brasil, sendo somente 24 pela GTZ. Poderia ver esses projetos?

6. A GTZ atua mais fortemente em relação a cooperação governamental ou também em não governamental?

7. Ela atua diretamente com organizações indígenas?

8. Como o BMZ classifica o Brasil entre os países em desenvolvimento?

9. Como a questão indígena entra na preocupação alemã em geral e especificamente na GTZ?

10. Diz-se que a ênfase em capacitação e participação indígena nos projetos do PPTAL é mérito da GTZ. Explique.

11. Qual a formação dos peritos que atuam nas questões indígenas? Como é feita a seleção dos peritos para atuar nas questões indígenas e ambientais da Amazônia? (são 39 peritos no Brasil)

12. A GTZ tem reconhecimento na elaboração e difusão de uma metodologia de trabalho em projetos (ZOOB). Fale sobre isso.

13. E quanto às diretrizes (headlines) da GTZ: elas seguem as diretrizes do governo alemão, da OCDE, do Banco Mundial?

Entrevista com Dietman Weinz - KfW central - data

1. O significado da sigla KfW “Banco de Crédito para Reconstrução” se assemelha muito à do Banco Mundial. Os propósitos se diferenciam em que?

2. Fale um pouco sobre a criação do KfW, suas funções originais e a ampliação de sua atuação no campo do desenvolvimento para o mundo.

3. Poderíamos dizer que o KfW é um instrumento de política externa da Alemanha.

4. Desde quando atua diretamente no Brasil

5. Há uma priorização de doações para a área ambiental ou há também empréstimos?

6. KfW só atua em relações governamentais bilaterais ou faz também junto a setor privado e não governamental?

7. O sr. saberia explicar o interesse por parte do governo alemão na Amazônia, meio ambiente e questões indígenas?

8. Meio ambiente está atraindo muitos investimentos. Dá lucro proteger a floresta, a biodiversidade?

9.

Entrevista com Domingos Barreto (COIAB - 29/07/02)

1. Como você vê a articulação do movimento indígena no Brasil? E internacionalmente?
2. **O que você acha da evolução do movimento indígena independente do Estado, e com apoio de financiadores internacionais?**
3. Acha que a cooperação técnica e financeira internacional são fundamentais para o mov. indígena?
4. Acredita que o tipo de capacitação que eles dão é útil para o movimento?
5. **Há custos políticos na cooperação internacional para o mov. indígena? E para o Estado?**
6. O que acha do PPTAL e do PDPI?
7. O que acha das oficinas de capacitação do PDPI?
8. Como vc definiria: Capaitação indígena? Participação Indígena? Desenvolvimento Indígena?
9. Qual seria o papel da FUNAI e das ongs indigenistas com o avanço do movimento?
10. Como se dá a articulação direta entre líderes indígenas e estrangeiros?

ANEXO 1

Diário de Campo

BRASÍLIA

Dia 1 - 01/07/02, segunda-feira

Chegada em Brasília às 11:00. Vim no mesmo avião que o Fábio (PDPI). Comecei a escrever às 13 hs no caderno e agora às 21:00, passo para o computador. Soube no taxi que amanhã terça-feira seria ponto facultativo na cidade, o que significaria um dia perdido nas repartições públicas. Resolvi então dar uma volta de reconhecimento para não perder dois dias, o que foi bem produtivo. Depois do almoço, eram quase três da tarde, saí na direção da FUNAI e liguei de um telefone público para o telefone que tinha da Themis. Atendeu Maria Helena, que disse para passar lá, pois estava bem perto. O prédio da FUNAI não fica na Esplanada dos ministérios, apesar de ser de um (MJ), mas sim próximo aos prédios de rádios e tevês e ao lado de uma escola particular salesiana. É um prédio que não tem luxo nenhum, na verdade está meio caindo aos pedaços. Quando subimos então, os corredores com divisórias velhas e amareladas, muito pouca gente se via (mas pode ser porque era véspera de feriado). Na entrada do prédio, há vários índios reunidos, alguns como se estivessem resolvendo alguma coisa, outros vendendo miçangas e artesanato no chão.

Subo direto ao 3º andar e encontro a sala de Marcia Gramkow, Jurandyr e Carola Karsburg (cooperação técnica da GTZ). Bato e entro, me apresento, pois já havia falado com ela na ABA, ela me reconhece, me apresenta para Elisabeth Torquato e para Jurandyr Carvalho Leite, que é indiferente a mim (já tinha sentido isso por telefone). Marcamos que telefonaria na 4ª para marcar uma conversa. Gostaria de ver o material deles. Pergunto alguma coisa sobre material do PPTAL se estava ali ou na biblioteca, e ela fala do material que estava com eles e dos processos que ficam no departamento fundiário. Gostaria também de entrevistar, mas não senti muita receptividade desse pessoal. Tenho que pensar em uma estratégia. Carola não estava e soube que viajaria no dia seguinte até o dia 27/07.

Vou então até a sala da Maria Helena Ortolan Matos (capacitação indígena). Neste momento que entro na sala, não está Maria Helena; sou recebida pela Juliana e está sentado Artur, com alguns livros nas mãos – “Demarcando terras Indígenas 2”, que fico de olho. Maria Helena chega e ela me

dá um Informativo do PPTAL. Conversamos bastante, sou apresentada a Juliana Sellani (monitoria) e Artur Nobre Mendes (não sabia ainda que era ele, ex-coordenador geral do PPTAL). Conversamos sobre as férias do pessoal, falo no livro e que havia pedido por e-mail para o Artur e ela então me apresenta a ele. Calmo, sentado em frente ao computador, parece uma pessoa acessível. Maria Helena vai atender outro telefonema e aproveito para falar com ele sobre uma possível conversa, pois Antonio havia me indicado que conversasse com ele... ele topa, aceita gravação, diz que tem agora que largou a coordenação, retifica, largou não, que fizeram ele largar, que não quiseram mais ele lá, ele tem muito tempo e pode conversar a qualquer hora. Isso aconteceu há um mês e ele diz que não sabe ainda para onde vai.

Bom, fico pensando que terei que bolar uma entrevista bem elaborada para entrevistar bem o Artur. Foi arriscado mas tenho que puxar para ter rendimento e entrar na história.

O Roteiro de Entrevista para fazer com ele na 4^a. feira está no arquivo *Roteiro para entrevista Artur*.

Despeço-me de todos e aproveito para dar uma passada na biblioteca Curt Nimuendajú no primeiro andar. Falo com Cleide (há também a Luzineide), a quem mostro a carta do Antonio e listo algumas palavras-chave para ela procurar as publicações. São elas: políticas indigenistas recentes, demarcação de terras, relação meio ambiente-indígenas, organizações indígenas. Cleide já faz algum levantamento hoje que aproveito para listar. Colocarei em outro documento do word - *Bibliografia da FUNAI*

Dia 2 – 02/07/02, terça-feira

Hoje é feriado aqui em Brasília por causa do Penta. Está uma confusão nas ruas e muita alegria, mas nada que chegue aos pés do que se vê no Rio. Enfim, não foi possível ir a qualquer lugar, porque estavam todas as repartições públicas fechadas. Aproveito o dia para fazer uma leitura de alguns documentos que trouxe para ajudar na elaboração de uma entrevista com o Artur, marcada para amanhã. Leio a entrevista que ele deu para o Antonio e João em 1998, leio um documento do Peter Schöeder sobre participação indígena, leio a introdução do livro do Antonio. Faço alguns rascunhos de questões e por fim elaboro a entrevista que, cortando um monte, sai com 25 perguntas (ver no arquivo “Entrevista com Artur”)

Descanso um pouco. Na parte da manhã dou uma caminhada e à tarde saio para umas compras. Durmo cedo porque amanhã será um dia e tanto.

Dia 3 – 03/07/02, quarta-feira

Antes de sair de casa, dou alguns telefonemas. Telefonei para a FUNAI, falei com a Themis, na verdade estava procurando o Artur, ela não sabe dele e então aproveito para saber se ela poderia me atender. Ela diz que está muito resfriada e que tem um documento para entregar ao Presidente da FUNAI e que eu passe lá e veja se ela tem tempo. Pergunta a alguém pelo Artur e dizem que ele não está lá. Ligo para Márcia e também ninguém atende.

Liguei também para a ABC e falei com Tania Jardim 411-6873. Ela disse que ligasse à tarde, mas não tive tempo. Ligarei amanhã.

Liguei para Adriana Ramos - ISA – para saber quando poderíamos nos falar porque sei que ela estará de férias em poucos dias. Domingo ela viaja ao Rio. Então ela me atende e marcamos amanhã no horário do almoço 13:30.

Saio de casa às 10:00 para pegar o ônibus e comprar a fita para gravação. Chego à FUNAI às 11:00 hs. Vou à secretária da Themis que não sabe informar sobre o Artur, faz uma busca entre os departamentos da FUNAI e não o encontra. Deixa recado em sua casa e no celular. Peço então para ela ligar para a Márcia, que já tinha chegado e ela topa me atender. Conversamos longamente. De início achava que ela era meio distante, meio séria e debochada, me passava uma coisa de força. Fiquei com um pé atrás, mas insisti e acho que valeu muito a pena. Ela é o tipo de pessoa que você não precisa perguntar muito porque ela sai falando. De início não. Sentou-se na sua mesa, colocando um monte de documentos oficiais da GTZ na minha frente, falando nos termos oficiais da relação entre GTZ e PPTAL. Entreguei a ela a carta do Antonio e também o projeto da pesquisa de campo que ela havia pedido. Ela ficou mais relaxada, mas ainda assumia uma postura oficial. Elisabeth que fica também em sua sala sugere que fossemos para uma sala ao lado, de reuniões. Foi ótimo, porque ficamos mais próximas e mais à vontade. Pergunto se posso gravar e ela diz que ainda não, que seria melhor um bate-papo. Essa conversa começa em torno de 11:30. Paramos para o almoço quase às 13:00. Vamos para o almoço ali perto, andando e percebo que imediatamente quando saímos da sala, ela vai falando mais de questões políticas da cooperação – aponta a questão

do PNUD – que verei mais tarde também ser citada pelo Artur como tendo sido um ponto nodal – uma questão que eles não engoliram de uma imposição do governo federal. Saímos e no almoço, sem que eu anotasse nada, ela falou bem à vontade. Tentei também me soltar e ficar à vontade com ela, falei sobre o meu trabalho, o que interessou muito a ela, principalmente na questão das relações internacionais. Essa crítica sobre as Relações Internacionais tem que ser feita!!! Quando foi umas 10 pras 2hs voltamos. Paguei a conta. Não sei se foi legal isso, mas acho que sim, tentei ser simpática, retribuir. Voltamos para a sua sala e entro para pegar minhas coisas. Anoto mais algumas coisas e ela chega me dando várias dicas, mostrando documentos e falando muito, explicando os documentos com várias informações que não consigo me concentrar muito. Acho que ela faz isso para quebrar a minha dinâmica e consegue. Ela está me expulsando. Saio então antes que ela o faça diretamente. Agradeço e saio.

A conversa com ela está no arquivo “Entrevista com Marcia Gramkow”.

Vou para a sala do pessoal ao lado CTPPTAL para aguardar o Artur. Logo que se entra, tem a secretária e uma entrada para a sala da Themis.. Depois, segue um corredor, tem uma outra entrada de uma sala grande com duas moças novas trabalhando. O corredor faz uma curva e se abre então para uma sala de tamanho médio que abriga todo o pessoal da CTPPTAL. Nesta sala tem duas mesas de um lado (de quem entra é o lado esquerdo, o mesmo lado da janela)– da Juliana e de um rapaz, uma mesa em frente - do Slovacki – um armário em que está escrito “Gerência de Projetos” , e no canto, alguns computadores disponíveis. Ao lado direito das duas mesas tem uma sala fechada separada por divisórias que tem também alguns computadores. Converso um pouco com a Juliana peço documentos e sento-me na sua mesa, que está desocupada, porque ela está no computador. Espero alguns minutos e o Artur chega. Tenho a impressão que ele me vê de alguma câmera escondida, porque sempre que chego, ele chega em seguida.

Vamos à sala de reuniões e começo a gravar. Falo para ele sobre o roteiro das perguntas e começo a entrevista com gravador. Ele é uma pessoa que não tem pressa para falar o que quer falar. Não se perde no que fala. É muito comedido, como se avaliasse cada palavra dita. Fala ainda como responsável pelo PPTAL apesar de não ser mais há um ano. Parece que o reconhecem assim também. Não critica em momento algum a cooperação internacional, ao contrário, só tem elogios. Em alguns momentos sinto que ele foge ao assunto. Não critica o PPTAL também nunca, mas pelas entrelinhas se observa uma crítica à FUNAI – às vezes parece que seu discurso visa mostrar

como ele é destacado do resto da FUNAI no que diz respeito à sensibilidade em relação à questão indígena, à participação e voz dos povos indígenas. Logo de cara ele fala sobre isso. Depois, quase no fim da conversa ele diz que é do Pará, fala sobre o pai, como sendo uma pessoa que escrevia sobre as condições sociais dos amazônidas, fala sobre a mãe...estabelece a relação pessoal-emocional com a terra e com o povo, contextualizando o seu discurso de sensibilidade às questões da região.

Consegui perguntar tudo que queria e ele respondeu muito mais que esperava. Foi ótima a entrevista. Ele é uma pessoa muito gentil. Pergunta sobre o meu trabalho. Lembra de alguns detalhes que fiquei impressionada. Acho que talvez ele seja uma pessoa legal para manter contato, para trocar idéias. Cada vez mais sinto aqui, como uma responsabilidade de trabalho pessoal, que se pretendo alguma coisa nesta área, tenho que escrever, que ler e produzir. Entendo o que o Antonio fala, a pressão que ele coloca. Entendo bem agora. E vejo que este campo que é o meu trabalho não tem muita coisa não. É uma teia de relações complicada mas que vejo uma possibilidade de desvendar algumas coisas, se conseguir manter uma produção de trabalho como tenho mantido até agora, porque é muita coisa, tem muitas ramificações. À noite, telefonei para o Celso (Itamaraty) e ele me fala que está chegando de Mato Grosso de uma capacitação indígena, confirmando a tese de que os diplomatas estão atuando cada vez mais nesta área. A Márcia também havia me indicado que falasse com o pessoal do Itamaraty, que era fundamental para entender a cooperação internacional porque eles tinham um poder de deixar ou não entrar os recursos, dirigir qual é a agência que deve atuar. Márcia e Artur falam que a Alemanha queria mandar mais dinheiro, mas que o Itamaraty não deixou por dar prioridade ao PNUD.

Amanhã, quinta, devo encontrar com o Celso.

Programação para quinta-feira:

Manhã – telefonar par Tania Jardim,

13:00 – ISA Adriana

14:30 – Slovacki e Juliana PPTAL

Dia 4 – 04/07/02, quinta-feira

Manhã em casa revisando meus documentos e digitando parte da entrevista com a Márcia. Às 12hs. Ligo para a Adriana, para confirmar nosso encontro às 13:30 e ela disse que já estava livre. Fui pro

ISA. Fico lá de 13:00 às 15:00, dando uma olhada no material que ela separou pra mim. Tenho, no entanto marcado um encontro com a Juliana e Slowacki na FUNAI. Saio correndo pra lá, já deixando encomendadas alguns documentos para tirar xerox, que fico de buscar no dia seguinte. Chego à FUNAI às 16 hs e aguardo um tempo o Slowacki. Faço com ele uma entrevista bem legal, mas sem gravador até as 17:30.

A noite saí com um pessoal amigo do Celso França. Conheci a Léa, amiga dele, antropóloga, que a Mariana falava. Muito bacana. Conversamos a noite toda e deu pra ter uma noção do que é a UnB.

Dia 5 – 05/07/02, sexta-feira

De manhã, antes de sair, me programei pra telefonar para alguns lugares para já deixar organizado para a próxima semana. Liguei pro ISA, para dizer que só ia buscar os papéis na hora do almoço (o que não fiz porque estava no esquema na FUNAI), Ligo para Thomas Fathauer (PDPI- GTZ) e a secretária Geórgia me fala pra ligar à tarde. Ligo para Dieter Weinz, contato da Márcia, o cara da KfW, que está de férias e só chega no dia 10/07. Combinei com a secretária Astrid de ligar então nesta data. Ligo ainda para a Vitória, do PPG7-MMA que trata do PDPI e PPTAL.

Vou para a FUNAI e chego quase as 11 hs. Themis está em reunião com Artur e encontro a Maria Helena. Pergunto se podemos conversar e marcamos para a tarde, 14 hs. Enquanto Themis não me atende, ficamos conversando por mais de ½ hora, ela contando suas aventuras na UnB, Alcida, Mellatti. Nesse meio tempo, o Artur sai da sala da Themis era já 12:15, mais ou menos, então Maria Helena vai até lá e dá um toque que eu estava ali. Ela me recebe rápido, dizendo que não poderia atender aquela hora, somente no final da tarde, 17hs. Converso com ela a respeito da cópia de documentos e ela autoriza, me dando logo o Relatório 2001 e o relatório de ½ de ano 2002, além do POA 2001. Peço as Ajudas-memórias e ela diz que pegasse depois com a Juliana.

Desço para tirar cópias, depois subo para entregar o material e desço de novo para almoçar. Volto quase 14hs. e entrevisto Maria Helena (capacitação) até umas 15:30, com gravador.

Desço então para a Biblioteca para ver um material que havia deixado lá e fico pesquisando alguma coisa até as 17:00, quando subo para pegar a Themis no laço. Consigo a entrevista, parte gravada, parte anotada, até as 19:30 hs.

Durmo cedo porque peguei uma gripe braba!

Manhã livre para passeios. Comecei a trabalhar na parte da tarde, entre 15:00 e 17:30. Digitei parte da fita da entrevista com a Maria Helena Ortolan e revisei o diário.

Noite livre. Fui a uma festa de um pessoal conhecido do Celso França, que são antropólogos e também diplomatas. Tentarei me lembrar dos nomes e das pessoas com quem fiz contato, mas nas condições de festa, cheia de vinho, cerveja e etc a descrição provavelmente ficará prejudicada. Mas vamos lá.

Primeiro contato que já havia feito anteriormente, na quinta-feira, foi a Léa, que é antropóloga da UnB, sob orientação da Alcida Ramose que está fazendo um trabalho de estudo das organizações indígenas no baixo Xingu. Ela levou alguns amigos – “Tusti”, alguma coisa por aí, que é antropólogo, fez doutorado em Chicago e trabalha no Senado. Depois falei com um cara que é diplomata e agrônomo e saca um pouco da estrutura da questão indígena dentro do Itamaraty – deu umas dicas de pessoas, falou que a questão indígena havia passado de um “departamento” de meio ambiente e vai para questões sociais e indígenas(?). Isso é interessante de investigar. O irmão dele é Aureo Falleiro, que está na direção do DAF com a nova diretoria da FUNAI, uma pessoa meio criticada por outro cara que trabalhava no CTI no Maranhão – o Jaime. Esse Jaime é figuraça, passou quase 10 anos no interior do Maranhão e saca bastante da estrutura do funcionamento da FUNAI etc... trabalhou com os canela, krahô, conhece as lideranças, está dentro do CTI que é uma ong super respeitada. Ele pode ser um bom informante para me atualizar dos fatos. Entrou agora na UnB no doutorado, mas ainda não tem orientação.

Bom, conversei ainda com o Roberto que é um cara do Paraná, amigo da Léa também, biólogo, trabalhou 10 anos no Parque do Superagüi, no Paraná, trabalhou com ONGs ambientalistas e agora está prestando consultorias temporárias, como todo mundo aqui em Brasília parece estar, pelo PNUD para o IBAMA. Está indo para o Jaú e conversamos sobre a superposição de funções entre meio ambiente e terras indígenas, que é um pouco em cima do trabalho do Henio, que falei pra ele. Ministério do Meio Ambiente.

Tem uma coisa que ele falou e que estou me reportando ao que a Themis também falou que foi o seguinte, que há uma orientação de que todas instâncias que trabalham com mapeamento ou gestão territorial, o façam em SIG (Sistema de Informação geográfica), que é uma coisa que o IBAMA está fazendo. Então, pergutei ao Roberto se ele conhecia a Vitória, que foi uma pessoa indicada pra mim que trabalha com PPTAL – e ele disse que tem uma Vitória que trabalha com mapeamento.

Há, por trás dessa coisa do projeto, das tecnologias e equipamentos que são usados e das técnicas adotadas de uma determinação que se dá em detrimento de outra coisa.

Por que o SIG?

É base de informação internacional?

É base de informação americana ou européia?

Quais são os motores de barco? Quais os rádios?

Porque tudo isso cria um vínculo primeiro de homogeneização que impõe uma única forma de se fazer as coisas. Depois, vai criar um vínculo de dependência de informação, de tecnologias e de peças para manutenção.

Bom, tem muita coisa que ficou sem que eu me lembrasse. Aos poucos vai surgindo.

Dia 7 – 07/07/02, domingo

Acordei às 10:30 e fiz algumas coisas caseiras, limpeza etc.

Comecei a ler o documento da Convenção da OIT 169. Li todo fiz algumas anotações e parei para o almoço às 13hs. Retorno às 15:00 e começo a fazer o diário. Paro às 16:00 para fazer uma leitura geral do material que trouxe. Metodologia do Howard Becker. A gripe está forte e vou pra cama ler cedo.

Dia 8 – 08/07/2, segunda-feira

Acordo às 8. Me arrumo e ligo para a ABC – Tania Jardim às 9:30. Não havia chegado, mas deixo recado que estou indo pra lá. Chego ao Anexo do Itamaraty às 10:30 e vou direto para o “curralzinho” dela. Ela me leva para uma sala de reuniões, sai, me deixa aguardando. Retorna, explico o meu projeto e ela sai novamente, dizendo que vai pegar um papel. Leva mais uns 15 min. e retorna. Começa então a falar, de forma rápida e objetiva, fala o discurso do PNUD. Dá algumas explicações de ordem operacional a respeito das diferenças entre cooperação técnica multilateral – com a qual ela trabalha – e bilateral. Define também cooperação técnica e cooperação financeira, a partir das diferenças entre as formas que o dinheiro entra no país, seja doação ou empréstimo, respectivamente. A ABC só faz cooperação técnica, e a SEAIN (do Min.do Planejamento) faz a cooperação financeira.

Esta entrevista está na íntegra no arquivo “entrevista ABC”. Ela não foi gravada, mas foi feita anotação. Durou cerca de 30 min. Em seguida à tania, eu conversei com a Melissa, que é assistente da Elke Constante, responsável pela relação bilateral da Alemanha. Essa menina falou mais sobre o funcionamento da cooperação alemã, com mais propriedade sobre o que falava e também sobre a política local. Disse que para ela e para todo mundo que está pendurado nestes acordos PNUD é

bom que se mantenha assim. Ela diz que há um reclame geral de que eles são privilegiados em relação aos funcionários públicos - coisa que a Themis já havia falado - e que recebem salários mais altos, etc.. mas a Melissa argumentava em relação á falta de estabilidade e de garantias de direitos trabalhistas, que não há vantagens em ser contratado pelo PNUD, mas que é melhor que se mantenha a continuidade disso do que demitir acho que 9.000 pessoas hoje só na Esplanada nos Ministérios.

Definiu de forma bem clara qual a posição dos alemães, quais os interesses deles, etc. Não mostrou qualquer problema em separar material deles - não tem nada sobre o PDPI. A versão com detalhes sobre a conversa está no mesmo documento ABC que tem a entrevista da Tania.

Dia 9 -09/07/02, terça-feira

Ir ao MMA falar com Vitória **PPG7/MMA - 325 2294 - 6719-6713**

Ligar para Ana Maria Munsle Parada, secretária do Itamaraty responsável pela questão indígena dentro da Divisão de Direitos Humanos, que fica dentro do Departamento de Temas Sociais. Tel: 411- 6260, sala 730 do Anexo 1 do MRE.

LIGAR DE MANHÃ para o Thomas do PDPI - Está marcado às 17:00 hs
17:00 - Thomas PDPI.

Telefonar também para Rainer Wollengshofer da embaixada alemã.

Rainer disse que não poderia de jeito nenhum me receber porque também está saindo de férias. Falou para eu entrar em contato com o Dietman. Insisti mas não deu mesmo.

Liguei para a Doris Turau, telefone que ele me deu e ficaram de me retornar. Devo ir lá na sexta-feira para pegar material, publicações.

De manhã me enrolei para sair em função destes telefonemas e também porque fui pegar o ônibus para o MMA> Além de levar horas, o PPG7 não fica na Esplanada mas no Setor comercial sul, em frente ao Pátio Brasil, bem próximo à FUNAI. Em suma, cheguei para conversar com a Vitória quase 12 hs. Ela foi muito simpática. É bem novinha como a maioria do pessoal, como á disse que está vinculado a esses projetos do PPG7, todos via PNUD. Ficou de me mandar um material por e-mail e também fiquei de falar de novo com ela. Saio dali quase às 13.00, almoço e pego um ônibus pensando em ir até o ISA para pegar os documentos que eles ficaram de xerocar pra mim. Quando vejo, estou em frente à FUNAI e aproveito para comprar as folhas no shopping para copiar o material que a Themis ficou de me arranjar. Vou até a FUNAI para conversar com a Juliana mas ela

não está. Encontro a Márcia que dessa vez, definitivamente tornou-se uma grande informante e parece confiar em mim. Ela diz que está me ajudando em função do Antonio e também por ter uma leitura fora deste universo indigenista. É interessante, porque ela deu a entender que se eu já tivesse tomado um partido, já viesse de um lado muito marcado que fizesse parte desse “tititi” ela não abriria. Então ficamos conversando por mais de uma hora, ela pegou papéis, me deu alguns, me indicou pessoas, mapeou a coisa toda, falou da relação entre os projetos – PPTAL, PDPI e Corredores Ecológicos.

Às 16:30 então me despeço dela, aproveitando que a Themis entrou na sala e vou então atrás dela que havia me prometido a cópia dos documentos. Ela coloca algumas dificuldades, que a máquina estava quebrada e que não podia descer. A Maria Helena então entra na história e agiliza. Rapidamente me descola todos os relatórios de viagem do pessoal de campo do PPTAL. Muito bom esse material. A Themis também me separou todos os relatórios da CPC e CPD e também as ajudas-memória.

Saio dali já quase 17:00 e vou andando para o encontro marcado com o Thomas. Chego às 17:05. É o mesmo prédio que havia estado de manhã conversando com a Vitória, só que no 2º andar.

Ele me atende, procurando logo sem que eu peça, material disponível para apresentação do PDA. Em seguida, vamos para sua sala. Ali também tem um padrão de escritório aberto, integrado, separando as salas por divisórias baixas. Ele se senta em sua mesa super-bagunçada, cheia de papéis e ele diz que está quebrando com a lenda de que alemão é tudo organizado. Então, me apresento, conto um pouco sobre a pesquisa e começo a gravar com seu consentimento. Gravo uma hora seguida. Ele é sociólogo, alemão, que vem de uma experiência na Alemanha com ONGs. É perito da GTZ no PDA.

Sua entrevista, junto com a do Artur e da Márcia são as melhores. Fiquei de pegar com ele um artigo em que ele fala sobre o movimento das ONGs na Alemanha.

Dia 10 – 10/07/02, quarta-feira

De manhã, logo às 9 hs, da GTZ, para ir lá buscar o material que ele separou. Eles na GTZ estão enrolando a minha conversa. Queria falar com a Doris Turau, mas a agenda dela é impossível, depois me falaram do Victor Dumms e esse também está difícil. Resolvo então seguir para a GTZe pego todo o material que eles tinham. Aproveito e subo dois andares para a KfW. Não encontro o Dietman, mas digo que ligarei amanhã e aproveito para pegar vários papéis lá também. Falaram que

ele vai assumir a direção da KfW no Brasil. Todos fazem referência a ele (Márcia, Rainer, Thomas). Os escritórios da Gtz e KfW ficam em uma área de prédios de escritórios de luxo. Particularmente este prédio é novo e muito luxuoso. Lá fica também o Banco Mundial, mas ainda não passei lá. Volto em casa para deixar os documentos e aproveito para passar no ISA para também pegar a cópia dos papéis. Compro \$100,00 de livros. Dali ligo para a Melissa da ABC e vou lá para buscar os papéis que ela copiou pra mim . Chego às 15hs. na hora marcada. Fico aguardando a Tania Jardim, que telefona dizendo que não vai aparecer por lá. Sigo então para o DDH, pois já havia estado lá e soube que tinha uma secretária responsável. Na verdade, essa informação estava atrasada, porque quem agora estava responsável era Maximiliano, um cara da turma do André e conhecido pelo Celso. Conversamos das 16 até as 17:30hs e ele tem muitas informações interessantes a respeito do tratamento internacional dado à questão indígena, mas o que passa pra mim é que há muito papel, muitos relatórios, documentos oficiais e pouca prática. Diz que o que eles fazem lá é elaborar documentos e recebem também denúncias internacionais e devem responder da parte do governo brasileiro. Diz que quase não recebem denúncias internacionais à questões indígenas (?) só se refere à Raposa Serra do Sol e os Yanomamis. Me envia três documentos oficiais da OEA e da ONU relativo a povos indígenas. Indica também um site: www.unhcr.ch (do alto comissariado da ONU).

Acho que vou voltar a telefonar para ele para retornar a ligação. Vou então pra casa.

Dia 11 – 11/07/02, quinta-feira

Manhã na UnB (8:00). – leitura e cópia de textos interessantes. Fico na biblioteca da UnB até as 13hs. Sigo para o Depto de Antropologia. Encontro por acaso o Henyo e ficamos batendo papo até as 14:30hs. Dali saio direto para o INESC para envontrar o Helcio arcelo de Souza. Mais uma vez por acaso, pego uma carona e chego na hora no INESC. Converso com o Helcio das 15:30 até quase 17 e foi um papo muito legal em que fiz muitas conexões com a conversa com o Max . Ele é agrônomo e o Henyo criticou um pouco seu trabalho por ser mal escrito, etc. e ele próprio se auto-criticou, dizendo que o trabalho atrapalhou, etc, mas parece que ele tem uma noção do assunto especificamente no que eu estou afim de fazer. E incentivou o trabalho com os alemães. Disse que quer dialogar com esse tema. Ele indica um livro que tem na Rede Brasil, uma ligação de várias ONGs e com várias publicações. Ele me deixa também uma cópia do seu trabalho de mestrado que

tenho que copiar. REFORMA DE ESTADO E POLITICA PUBLICA DE ETNODESENVOLVIMENTO NA DEC. 90. de Hécio

Ele fala sobre um seminário que vai acontecer no INESC sobre Indios e Parlamento. Falei do meu interesse em participar e ele foi meio reticente.

Dali vou ao cinema ver a porcaria do filme Star Wars. Uma bosta.

Dia 12 – 12/07/02, sexta-feira

Liguei de manhã para o Thomas para passar na casa dele para pegar os textos e os livros que ele escreveu sobre o trabalho das ongs na Alemanha. Dali sigo para a FUNAI para tirar a cópia dos relatórios de viagem. Fico tirando de 10:40 até 13. Almoço e depois tiro até 15:00. Dali telefono para a Elke e vou direto para ABC.

Chego às 16 hs e conversamos até umas 17:30.

Dia 13 – 13/07/02. sábado

Passeio a uma cachoeira. Almoço e casa. A noite saímos para a casa do Zé e da Fabiana, mas foi ruim, não me senti bem.

Dia 14 – 14/07/02, domingo

Dia de trabalho em casa. Limpeza geral e arrumação do material da pesquisa.

Dia 15 – 15/07/02, segunda-feira

Organização da agenda da semana por telefone

Cópia do material do Sr. Thomas

Em casa para organizar entrevistas

Dia 16 – 16/07/02, terça-feira

9:30 – victor dumms gtz

11:00 – pegar xerox dos livros

11:20 – entregar os livros para o Sr. Thomas

12:30 – almoço

14:00 – FUNAI para copiar material e entrevistar a Juliana

Detalhes do dia estão em anotações no fichário (caderno)

Dia 17 - 17/07/02, quarta-feira

9:00 – GTA – não fui

Joe Leitmann do Banco Mundial retornou a ligação que fiz a ele e marcou comigo de nos encontrarmos no PPG7 mais tarde. Digo a ele o propósito da pesquisa me referindo a cooperação internacional. Quando o encontro mais tarde no PPG7 ele diz que ficou assustado com a minha proposta porque ele disse que há muitas críticas a atuação da cooperação internacional e não sabia qual seria minha abordagem. Digo que estou fazendo um primeiro levantamento dos discursos. Ele mesmo assim não confia muito. Ele é bem simpático e jovem, tipo garotão. Já o tinha visto no Rio no MAM percebi que era bem articulado com todo mundo. Disse que tem um material pra mim.

16 hs - Encontros sócioambientais do PPG7.

Cheguei antes do horário, às 15 hs e resolvi dar uma passada no AMA para dar uma olhada. Falo com uma secretária e ela me encaminha para o Fernando Negret, que estava meio com pressa, como todos porque iria começar o debate em pouco tempo. Ele me encaminha para a sala de reuniões mas chega outro na frente e então, um pouco contrariado ele vai em direção a sua mesa. Entramos no escritorzinho do AMA, no 1º andar onde está toda a coordenação do PPG7, ou ao menos a maioria. Mas o AMA fica nos fundos, separado do geral do PPG7 que está na frente do prédio, No 2º andar está o PDA. Mas como ia dizendo, vamos entrando no escritório do AMA, que é pequeno, sempre naquele padrão de curraizinhos baixos e interligados onde todo mundo escuta o que o do lado está fazendo. Agora, o mais louco ali daquele espaço é que há um curral enorme, de paredes até o teto totalmente fechado e com um selo na porta enorme da cooperação Brasil-Alemanha em que as duas bandeiras se cruzam. É uma sala bem espaçosa e organizada, diferente das outras baias e fechada. Não havia visto nada tão ostensivamente INVASOR e ao mesmo tempo DISTANTE.

**

Me deu uma luz agora de fazer uma metáfora com o filme o invasor, com a idéia de invasão e de dominação tenho que dar uma lida em WEBER.

De uma forma bem simplificada a **NOÇÃO DE COOPERAÇÃO** que passa pode ser descrita como (concepção)

- 1) é uma instituição, um agente, no sentido genérico, algo que faz e que segue princípios que tem uma racionalidade, uma intencionalidade e INTERESSES;

- 2) ora percebe-se referir-se a uma prática, uma ação, ao *modus operandi* em si que tem uma lógica mas não uma racionalidade ou intencionalidade. Esta distinção é muito importante de ser percebida dentro dos discursos que gravei porque assume significações que colocam maior ou menor peso no aspecto político desta relação. A ênfase é dada ao funcionamento quase mecânico da engrenagem.

Essas concepções são (utilizadas) apropriadas pelos diferentes atores envolvidos na relação da cooperação. E aí já assumo o enfoque que pretendo dar a questão da cooperação para que a análise desta categoria seja possível de ser feita, ou seja, de **tratar a categoria de cooperação como uma RELAÇÃO que é construída a partir de agentes que têm interesses e recursos de poder diferenciados**. Se as concepções são diferentes, de os interesses são diferentes e se os recursos de poder com os quais se entra na negociação são também diferentes, não se pode pensar a partir de um ou outro separadamente, mas sim a partir da fusão ou da relação que vai se estabelecer perante os processos dinâmicos das decisões e dos contextos sociais.

E é por isso que o PPG7 é um objeto muito amplo e difícil de se definir, porque ele não somente abrange áreas temáticas bastante distintas, mas também envolve grupos sociais de escalas brutalmente diferentes – MCT, organizações indígenas, Banco Mundial e seringueiros, só para pensarmos alguns casos.

Mas voltando às definições de cooperação, o que se desdobra como consequência são as noções dos impactos ou custos políticos da cooperação para a esfera local – ou seja como são vistas as concessões feitas ao agente internacional e teremos então, também em termos bem genéricos, o seguinte:

- 1) que está PAGANDO pra ter o aval de INVADIR – é maquiavélico, imperialista e explorador.
- 2) Em outras perspectivas, vê-se a cooperação como uma AJUDA que tem um CUSTO, mas sem que isso incorra em nada significativamente transformador no sentido de estar se entregando alguma coisa. Não se vê como uma atitude entreguista mas no sentido pragmático de que as instituições brasileiras estão enfraquecidas e esquecidas pelo orçamento do governo – e que assim pode-se fazer alguma coisa a partir das premissas brasileiras que são negociadas junto com os alemães ou quem for. Alguns ressaltam que o fato de se estar submetido às diretrizes dos peritos

alemães depende da capacidade de realização e controle do coordenador da secretaria técnica envolvida.

De uma forma geral este é o tom do PPG7 – é um projeto que está aí e que tem que ser implementado e que não precisa se ter muitas reflexões em cima do negócio. Talvez o maior problema é que é um projeto que surgiu de uma iniciativa de fora e de cima pra baixo, porque não foi resultado de uma demanda da sociedade brasileira como um todo, mas sim resultado de interesses e negociações que se processavam em uma esfera – dimensão ou escala – de grandes potências – a reunião de Houston, Dallas do G7 – em que havia um palco de representações a respeito da questão ambiental onde uma iniciativa encabeçada pela Alemanha passa a ter uma importância significativa para a visibilidade deste país como “amigos das árvores- amigos da escola” que politicamente no cenário de influências internacionais teve um impacto e acho que tem até hoje. O fato de ser a Alemanha encabeçando também tem uma relação com a sociedade alemã que faz uma pressão grande. Hoje o primeiro ministro alemão é do partido verde e mostra a reação da sociedade ao Helmut Kohl que foi um cara que deu uma força para o aspecto desenvolvimentista da Alemanha e nada ambiental. Agora, voltando para o processo aqui interno no Brasil, o que eu noto é que as pessoas que estão hoje articuladas com o PPG7 no governo brasileiro estão correndo atrás do prejuízo, no sentido de tentar pensar e elaborar estratégias no contexto mesmo do andamento de um projeto.

O fato de haver uma coisa que não havia no plano das políticas públicas que é PRAZO – isso também é citado por muitos – impõe um RITMO que é talvez a coisa mais ESTRANGEIRA no projeto. O TEMPO DO PROJETO. A imposição desse ritmo se desdobra em outros processos também estrangeiros porque não permite que se reflita muito a respeito de como elaborar o próximo passo, mas pode ser visualizado por quem DOMINA O MÉTODO de projetos através do ZOP, que é um método que se vangloria – é REPETIDAMENTE CLASSIFICADO pelos alemães como sendo um método PARTICIPATIVO.

As transformações geradas por um processo muito mais sutil de interferência no cotidiano são negligenciadas pela dominação de um discurso que argumenta com a força da categoria PARTICIPAÇÃO e a insistência neste conceito ela se dá com base num vazio de significado, reforçando o caráter do MÉTODO.

**

(obs. O MMA fica na esplanada dos ministérios e por alguma razão o PPG7 foi transferido para o Ed. Sofia que é na asa sul, em cima de um banco e numa área que tem muitos escritórios e salas comerciais. No entanto há ainda alguns projetos como “Corredores Ecológicos”, que ficaram lá. Não sei explicar a razão, mas sei que a coordenação geral do PPG7 fica no ed. Sofia e como a Vitória havia dito, há uma composição da coordenação que se dá entre o Carlos Aragon, Márcio Santilli e Brent Milligan (AMA).

Estavam todos lá. O Márcio Santilli não esteve presente em nenhum desses fóruns em que estive encontrando sempre as mesmas pessoas. Nesse de debates ambientais notava-se a presença de muitos “de fora”, tipo estudantes, e a maioria pra mim desconhecida. Não estava a diretoria do negócio com a exceção de Joe Leitmann e Brent, que era o anfitrião – Thomas, Fernando, algumas pessoas do MMA

1730 - Entrevista gravada com Dietman Weinz, da KfW

morre Mário Juruna

Dia 18 - 18/07/02, quinta-feira

12:00 – ciclo de debates economia ecológica, com Sérgio Margullis.. Estão presentes a maior parte do pessoal da AMA, da Embrapa, do MCT, do MMA-Pantanal, do planejamento, do Banco Mundial, do KfW, da GTZ, da Camara.

Tenho várias anotações

17:30 hs. UnB Posse do pessoal da ABA.

Um longo discurso do Gustavo Lins Ribeiro. Muitos contatos. Muita formalidade, poucos antropólogos.

Dia 19 – 19/07/02, sexta-feira

8:00 – ligar para o rádio táxi.

11:00 – viagem.

16:00 – Manaus. Chegada.

Dia 1 – 20/07, sábado

Dia 2, 21/07, domingo

Dia 3, 22/07, segunda-feira

Acordei as 8:30 e cheguei as 10:30 ao PDPI, para falar diretamente com o Fábio. Não estão presentes nem o Gérsen, da coordenação, nem a Sondra, da GTZ. Falamos meio rápido até as 11:30 quando ele se levanta para atender a um telefonema e depois imenda com outros compromissos. Discutimos sobre os projetos do PDPI e sobre a forma de funcionamento do projeto. Ele me prometeu o projetão do PDPI (que havia visto em Brasília com a Márcia) e dois textos sobre participação e capacitação que ele escreveu com o Silvio Cavucens e outro do Gérsen com o Slowacki, que já tinha recebido em Brasília pelo PPTAL. Pedi a ele os projetos aprovados e reprovados e os pareceres e ele disse que não podia dar, que não podia tirar cópias, etc... Foi meio jogo-duro.

Falamos sobre a Comissão executiva e sobre o fato de ter 4 indígenas indicados pela COIAB – isso é sempre indicado como um “momento histórico” do indigenismo e sempre muito valorizado no âmbito do PDPI como sendo este um projeto inovador de fato pela participação indígena.

Sobre a relação com o PPTAL e com Corredores ecológicos, o Fábio disse que tinha que ser feito “levantamentos etnoecológicos em 5 áreas e não foi feito em nenhuma (verificar no livro PPTAL sobre levantamentos etnoecológicos) e disse que independentemente dos levantamentos etnoecológicos, o PDPI ficou responsável pela execução de todos os projetos indígenas no âmbito do corredor central. (por isso talvez que o Fábio disse que os projetos do PDPI sejam de demanda espontânea mas também induzidos). Sim ele explica isso da seguinte forma, que os novos projetos do PDPI são de demanda espontânea só que dentro de uma área delimitada, priorização de área neste primeiro momento para o corredor central.

Atualmente há 8 projetos aprovados pelo PDPI, sendo que há 1 deles que é para a COIAB que é de fortalecimento institucional (auditoria externa) (será verba exclusiva dos ingleses?).

Ele fala da diferença entre ingleses e alemães, que os ingleses são mais flexíveis e que liberam recursos sem muitas exigências. Apoiam também outras iniciativas no sentido de fortalecimento institucional, como seminários e iniciativas como 2 workshops, que aconteceram em Belém e não sei onde.

Os alemães estão liberando somente para projetos.

Então dos 9 projetos, 8 são KfW e 1 é Dfid???

Disse que o caso da COIAB não estava previsto (será?) e que se encaixou nesta legenda de fortalecimento institucional?

Começo a escrever essas linhas na sala de reuniões do PDPI. O Fábio está muito ocupado e com uns índios ticuna que chegaram de Tabatinga com a Mariana e foram para o aeroporto. Ele sai com eles para almoçar mas antes deixa comigo as cópias do projeto e os artigos. Me apresenta a Angela, secretária.

O Fábio é meio estranho, meio desconfiado e distante. Não entendo porque, porque ele sabe que tinha sido indicada pelo Antonio e tive mais resistência com ele do que na FUNAI. Falou dos códigos e regras que tinham e fui vendo que a coisa não é bem assim não, mas ele mantém essa máscara. Senti muita pompa no PDPI, muita vitrine e muita falta de dinâmica ainda, parece. A equipe é pequena e muito jovem, meio inexperientes (essa percepção foi confirmada pela Sondra). A noção de vitrine se passa mesmo pela arquitetura do prédio, todo envidraçado, todo bonito, num local nobre, muito a cara de ONG paulista. Mas por outros motivos (do dono do prédio) eles vão ter que sair dali e ir para o centro.

O Fábio fala que os projetos que são recebidos ainda seguem um viés muito assistencialista, o que ele entende como sendo resultado da relação com a FUNAI, de fazer lista de pedidos de material etc, e diz que o que imaginam que seja capacitação estaria ligada a montagem de escritório, equipamentos que pedem para fortalecimento institucional. No entanto, ele e o Gérson entendem capacitação de forma diferente, mais ampla, ligada a questão de dar condições a eles para escrever projetos e dar conta dos projetos, saber contabilidade e gerir recursos e iniciativas econômicas. Parece que isso bate com as orientações do Dfid (verificar)

Dia 4, 23/077, terça-feira

Dia de seleção de material do PDPI – leitura de todo o banco de dados dos projetos – são um total de 80 projetos que estão classificados por alguns parâmetros

Título; data de entrada; estado; povo indígena; terra indígena; valor do projeto (valor solicitado, contrapartida e valor total) – este é um fator importante porque dependendo de ser grande ou pequeno (até 45.000), eles passam ou não pela avaliação da CE; responsável pela triagem – os membros da equipe pegaram cada um dois estados para trabalharem.; estágios de andamento, triagem, pedidos de esclarecimentos, encaminhamento, GAPEP, UG, CE, devolução ao proponente para reformulação, aprovado, reprovado por GAP/CE/UG; temática do projeto – são três: a) proteção dos territórios indígenas, b) atividades econômicas sustentáveis e c) resgate e valorização cultural; proponente/executor; histórico; documentação terra indígena declarada.

Dia 5, 24/07, quarta-feira**Dia 6, 25/07, quinta-feira****Dia 7 - 26/07, sexta-feira**

Vou relatar somente as impressões: o dia se resumiu a ida ao CPT onde não encontrei a pessoa com quem ia falar. Atenderam-me os subordinados que estavam envolvidos com um encontro de mulheres que acabara de acontecer. Acabei com isso tendo um acesso ao material que eles têm e copiei coisas interessantes. Acho que vou começar a mandar artigos para essas publicações para ter uma entrada. Falaram muito do CIMI e também do INCRA, que é uma boa mesmo tentar procurar eles. Peguei também o endereço do IBAMA.

Acabei no final do dia encontrando a Sila, mas quando eu voltar na semana que vem, vou procurar diretamente o Adilson.

Encontrei o Guilherme bem alegre e animado. Combinamos de nos encontrar no domingo.

Dia 8 - 27/07, sábado

9:00 – Entrevista com Azelene Kaingang na casa da Leonora (FUNAI).

Dia 9 - 28/07, domingo

Dia livre. Arrumei as coisas em casa lavei roupa etc. Fomos almoçar na casa da Marly. Voltamos as 6. Saio para a praça que tem um evento na frente do teatro Amazonas, a Praça com chorinho, palhaços, etc. Comecei a escrever as 7.00. Tentar fazer o relatório dos dias anteriores

Dia 10 – 29/07, segunda-feira

9:00 – PDPI – entrevista com a Sondra

14:00 – COIAB conversar com a liderança de lá. Domingos.

17:00 – entrevista com Paulino Montejo

Hoje praticamente nada aconteceu como previsto. Não fui me encontrar com a Sondra porque me atrasei e depois cheguei perto do PDPI sem o gravador. Resolvi nadar e depois voltar pra casa para pegar o gravador e ir à COIAB. Cheguei a COIAB às 2.45. Fiquei esperando o Domingos até as 17:00, enquanto isso fiquei na biblioteca vendo que tinha coisas muito boas para copiar, o que farei amanhã. No meio do dia vejo o Gersen entrar na biblioteca, vai até uma sala e não encontra ninguém, sai e fico pensando se falava ou não com ele, e acabo deixando de fazer. Mas fico com um grilo na cabeça. Hoje penso que não se deve deixar passar as oportunidades de falar com as pessoas.

Me levanto por outro motivo, para ver se o Domingos já havia terminado a reunião e o encontro novamente. Me apresento então e peço uma reunião, o que ele marca na sua casa no domingo. Ele viajará amanhã e voltará no sábado à tarde. Marcamos no domingo de manhã.

O trecho sobre o Domingos está no caderno. Fiquei encantada com ele. Ele vem da FOIRN, o que me parece ser um local que tem uma prática dentro do movimento indígena muito forte. O Gersen também é de lá. Quando assume a direção da FOIRN, ele então é chamado para coordenar a Comissão que está investigando a COIAB em função do acordo junto com a FUNASA. Ele é muito inteligente. Tem umas pessoas que são meio mágicas nesse negócio, a forma de falar e de construir o pensamento é muito bonita, tem sensibilidade, tem percepção, não tem afirmações, mas questionamentos, não tem autoridade nem uma lógica racional, mas é uma lógica da vivência.

Estou descobrindo que o movimento indígena no Brasil é muito bem articulado, crítico e inteligente. Tem uma diversidade muito grande, de origens, de perspectivas, de posturas, mas um compromisso muito grande de todos os lados. Percebo que há um interesse político enorme nisso, mas a entrega que se tem é enorme. São batalhadores que estão na frente do movimento. Viajam muito e são muito articulados, têm uma visão muito precisa do movimento, das falhas e das necessidades. Os discursos são recorrentes, repetem-se. Alguns falam da necessidade de as pessoas que tomarem posição de liderança hoje serem capacitadas em todos os sentidos, desde saber suas origens, até elaborar projetos, administrar, saber fazer articulações... Parece que se está entrando em uma nova etapa do movimento, de maior maturidade, maior especialização, mais exigente.

O Marcos Terena se candidatará a deputado no MT.

Dali saí com o Paulino e fomos conversando no meio da rua, no percurso da COIAB até o centro, aqui em casa, e muita coisa ele fala sem o gravador, vai soltando na conversa. O papo dele é bom, mas um pouco enviesado, muito posicionado. Ele é muito crítico, então diz muitas coisas de efeito porque ou quer impressionar ou ser crítico porque não sabe ser outra coisa. Mas isso de uma forma é bom, ao menos como informante porque conhece muita gente do movimento e é um cara que tem a cultura revolucionária. Ele discute no meio das conversas muita teoria métodos de lidar com as pessoas, enfim, tem uma vida no meio do movimento indigenista e revolucionário na América Latina, mais especificamente na Guatemala e México que ainda não conheci ninguém igual. Ele vem do CIMI quando chega ao Brasil em 1987 e fica lá acho que até 1997 ou 99, quando fazem a candidatura na Guatemala dele para deputado e se não ganhasse ele iria para um cargo de assitante

de alguma coisa do partido. Mas estava se separando e assuntos pessoais e familiares, dos filhos, faz com que fique. Depois vem a Manaus e entra

na Coiab em maio de 2001 e está até hoje. Ele tem 46 anos.

Mas o papo muitas vezes foge ao assunto e falamos amenidades. Mas gostaria de registrar algumas pérolas que ele solta no meio do papo como reuniões que eles fazem na COIAB que seguem a proposta do materialismo histórico ou teologia da libertação “ver pensar e agir”

Ele é fanático por relatórios e pelas formas de fazer relatórios, talvez porque seja historiador, como o Antonio que também sempre fala dos relatórios. Sobre a Azelene ele disse que ela tem um ego enorme e que não se dá com ela e sugeriu que ela tivesse uma relação com o governo, que tivesse sido indicada como representante nos fóruns internacionais por indicação do governo. Agora isso faz sentido porque no discurso dela Azelene ela fala muito da questão da representação como tentando definir representação diferentemente de liderança. Ele é muito crítico aos métodos ZOPP e à intervenção da cooperação internacional, que ele chama de “fiscalização ideológica”, mas diz que esta forma de pensar não vale mais nada, não está com nada. E realmente, não cabe refletir sobre isso no meio desses projetos. Ele diz que é uma cartilha que se segue e que os índios estão fazendo o mesmo, repetem a cartilha.

Outra que ele soltou foi dos “etnarcas” monarcas étnicos, reis autoritários.

Foi muito crítico também às lideranças que entraram na coiab e à forma com que essas lideranças eram escolhidas e mantidas. Ele disse que estabeleciam a Assembléia e nela se definia por consenso o coordenador e ali se fazia a composição até que fechasse um grupo. Ele disse que o Euclides, que coordenou a COIAB até dezembro de 2001 (ele Paulino entra em maio de 2001), queria fazer chapas, para poder trabalhar com quem tinha afinidade e não passou.

Falamos sobre o fato do PDPI ser uma vitrine em todos os sentidos, de querer ser um projeto modelar, neste sentido “vitrine”, de estar destacado.

Falou de uma comissão deliberativa paritária que é composta por 8 pessoas, com os suplentes dá 16 – 4 GTZ, PDA, DFID e ? e 4 índios, que é a comissão executiva, que tem um poder de decisão de vetar projetos.

Fala que capacitação é a “formação na cartilha”, o aprendizado para se enquadrar no esquema e o ZOPP é um absurdo. Por que usam o ZOPP, pergunta.

Sobre documentos disse que tem todos os 12 relatórios que fizeram neste ano e tem também alguns textos que escreveu. Me falou do jornal da coiab.

Dia 11 – 30/7, terça-feira

8:00 - CIMI conversa boa com Chicão até as 11 hs. Me mostrou um curso de antropologia aplicada que fazem com a Univer. Quito

11:00 - Ademir Ramos furou. Combinou de 5^a. feira talvez

14:00 – Sondra, PDPI ok. Mas a fita quebrou. Passei alguma coisa para o caderno, mas ainda falta.

17:30 – COIAB Domingos gravou uns 40 min. Vamos continuar hoje.

Dia 12 – 31/07, quarta-feira

10:00 – INPA. Conversa com a Sandra Noda, coordenadora da área de extensão do INPA, que está no MCTecnologia e

Forneceu um livro “Parcerias Estratégicas”, de set.2001, que tem alguns artigos do grupo que ela faz parte, NERUA - Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos Amazônicos. Estuda alguma coisa relacionada a agricultura indígena e chama de cultura material a seleção de sementes de espécies que são cultivadas pelos indígenas. Tem uma frase que ela ditou: “ As sementes domésticas são cultura material porque o processo de domesticação e dispersão antropogênica manifesta processos tecnológicos e culturais de cada povo.”

Ela trabalha no Alto Solimões com os tikuna, cocama e marubo desde 1995.

Dia 13 – 01/08, quinta-feira

12:00 - conversa com Ademir Ramos (FEPI). Depois almoçamos e caiu uma chuva forte que me fez retornar para casa. Fiquei pensando se aceitava ou não o convite que ele fez de participar da palestra na COIAB organizada por ele.

Dia 14 – 02/08, sexta-feira

Fui ao INPA para conversar com a Patrícia que é bolsista responsável pelas atividades de extensão do INPA ligadas a povos indígenas.

Dia 15 – 03/08, sábado

Dia 16 – 04/08, domingo

9:00 – Tinha marcado uma entrevista com Gersen Baniwa, mas não foi possível encontrá-lo.

Dia 17 - 05/08, segunda-feira

Entrevista com Hans Kruger (GTZ-SPRN) no IPAAM, do Estado

Dia 18 - 06/08, terça-feira

FEPI - COIAB

Dia 19 - 07/08, quarta-feira

Entrevista com Fábio PDPI

Dia 20 - 08/08/2002 - quinta-feira

Retorno para casa